

PROJETO FIPE | SDR

apoio técnico e logístico ao planejamento e governança para o desenvolvimento regional

Reunião Conselho de Desenvolvimento Região Metropolitana de Piracicaba

Andrea Calabi | coordenador geral

Junho/2022











Região Metropolitana de Piracicaba

São objetos centrais do PDUI-RMP o **Ordenamento territorial da Unidade Regional**, e as diretrizes para as **Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).**

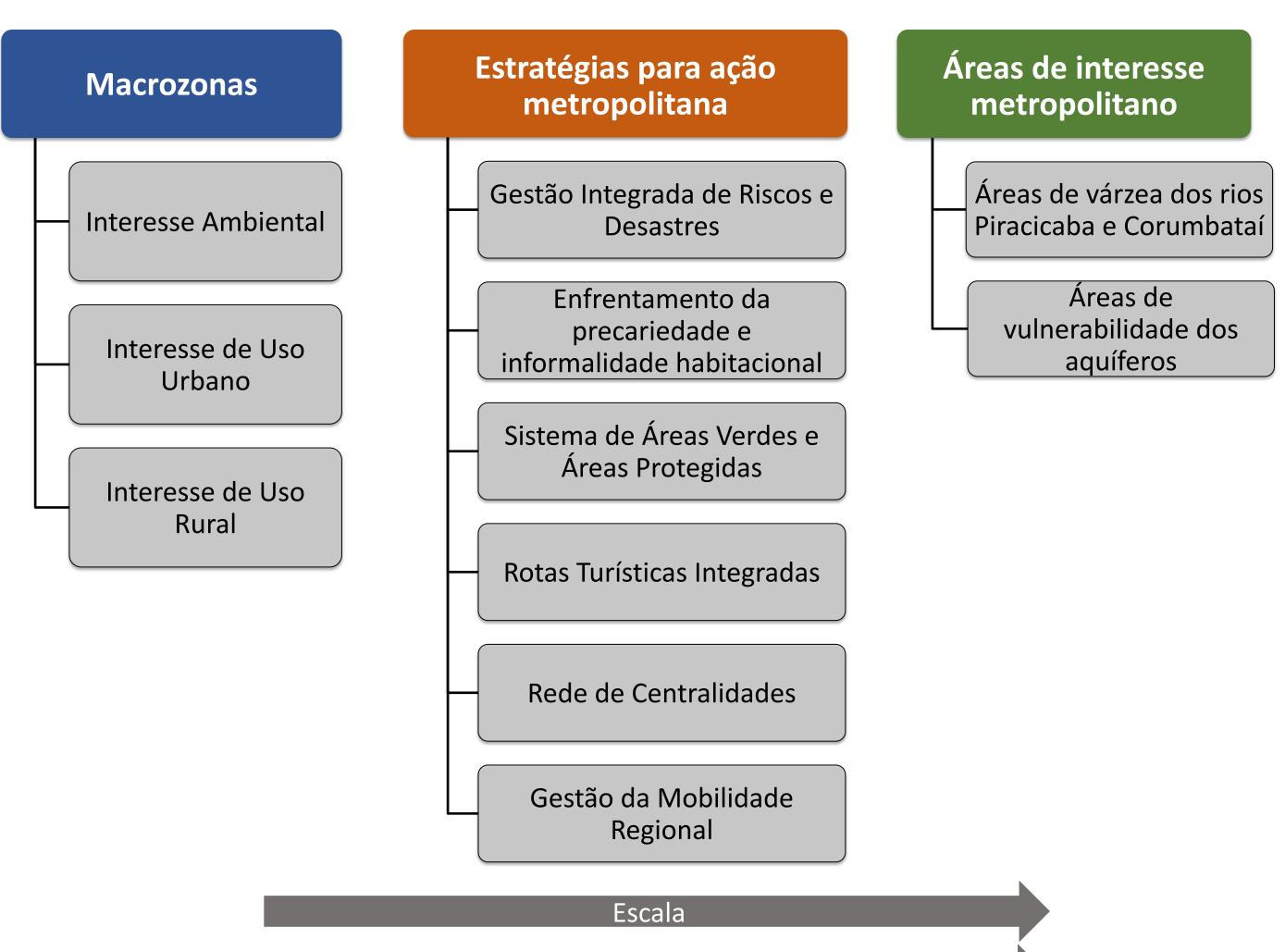
- O PDUI-RMP deve definir diferentes níveis de orientação para o ordenamento territorial de áreas urbanas e rurais:
 - 1) Macrozoneamento regional São diretrizes gerais, que oferecem as bases para articulação dos municípios quanto ao ordenamento territorial parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e rural.
 - 2) Estratégias para ação metropolitana Articulação setorial das políticas públicas que afetam a qualidade do território regionalmente.
 - 3) Áreas de interesse metropolitano Porções do território sujeitas a controles especiais, por meio de planos de intervenção urbana.
- Funções públicas de interesse comum são aquelas que ultrapassam os domínios de um município. Em geral são definidas na lei de criação das Unidades Regionais.







Proposta Final de Ordenamento Territorial da RMP



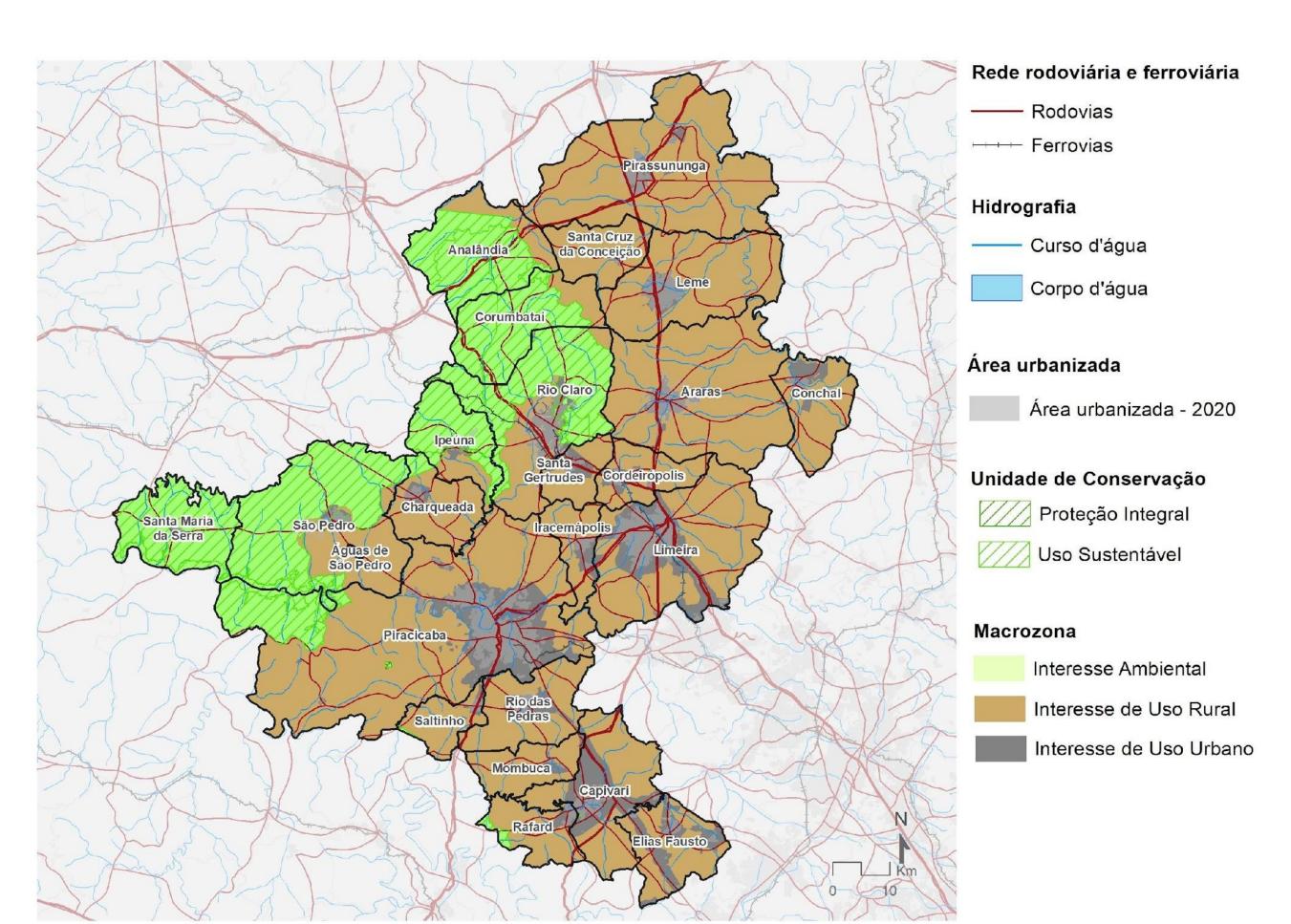
Complexidade da Governança







Proposta Final de Macrozoneamento da RMP



Fonte: Limite municipal, Rodovias principais e ferrovias (IBGE, 2019) | Áreas urbanizadas 2020 (MapBiomas, 2020) | Unidades de Conservação (MMA, 2021) | Hidrografia (IBGE, 2019) | Planos Diretores e Leis de Uso e Ocupação do Solo (Prefeituras Municipais, anos diversos).

Macrozona de Interesse Ambiental

Objetivo: Contribuir para a proteção da biodiversidade, para o equilíbrio dos ecossistemas e a manutenção dos serviços ecossistêmicos necessários à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável – conciliados ao desenvolvimento das atividades rurais e econômicas diversificadas.

Composição: Unidades de Conservação (APAs), exceto zonas urbanas municipais

Macrozona de Interesse de Uso Urbano

Objetivo: Abrigar urbanização de acordo com os condicionantes do sítio físico, da infraestrutura instalada e da legislação ambiental vigente.

Composição: zonas urbanas municipais

Macrozona de Interesse de Uso Rural

Objetivo: Desenvolvimento das áreas rurais e de produção agrícola com sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Composição: zonas rurais municipais, exceto Unidades de

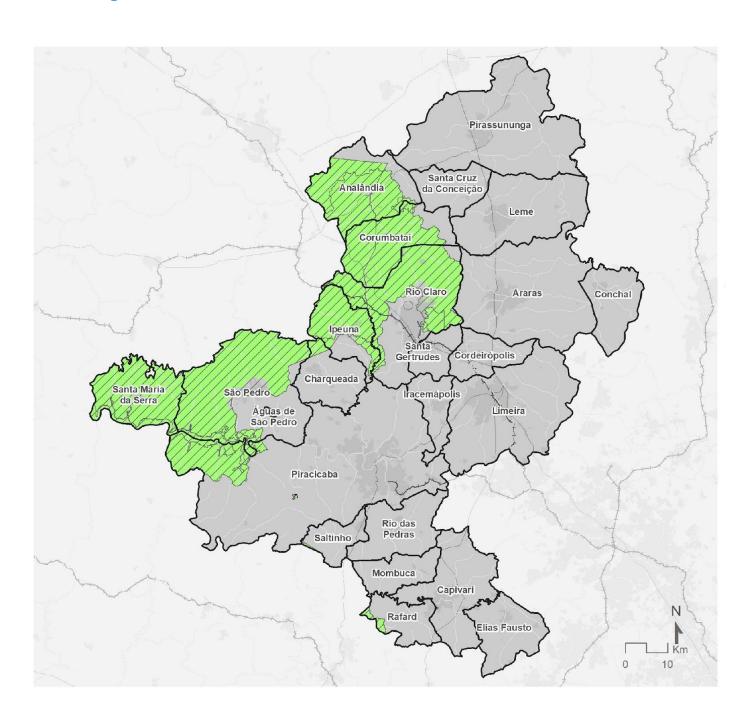
Conservação







Proposta Final de Macrozoneamento da RMP - Macrozona de Interesse Ambiental



DIRETRIZES GERAIS

- Fomentar a elaboração dos planos de manejo das Unidades de Conservação existentes e as que vierem a ser criadas.
- Promover a articulação entre municípios vizinhos e entidades estaduais e federais para a construção de estratégias integradas de proteção, conservação e recuperação ambiental.
- Promover o controle e o monitoramento da qualidade e permeabilidade do solo e das águas subterrâneas, garantindo a recarga dos mananciais.
- Promover atividades ligadas à pesquisa, à educação ambiental e ao ecoturismo.
- Estimular a agroecologia, a agricultura familiar, a agricultura orgânica e as agroflorestas.







Proposta Final de Macrozoneamento da RMP - Macrozona de Interesse Ambiental

DIRETRIZES DE ORIENTAÇÃO PARA ADEQUAÇÃO/REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

- Observar as orientações previstas para as Unidades de Conservação existentes e as que vierem a ser criadas, inclusive zona de amortecimento, nos termos das legislações federal, estadual e municipal pertinentes.
- Preservar as áreas marginais aos cursos d'água e fundos de vale que vão além das Áreas de Preservação Permanente, que possuem a função hidráulica de possibilitar o escoamento de enchentes ou inundações, incrementando a recomposição das matas ciliares.
- Coibir as atividades econômicas incompatíveis com o desenvolvimento sustentável e estimular sua transformação para se tornarem sustentáveis.
- Promover a melhoria das condições urbanísticas e ambientais dos núcleos urbanos informais consolidados.
- Proteger, recuperar e valorizar os patrimônios histórico, cultural e ambiental.
- Garantir o saneamento ambiental adequado nas áreas rurais, por meio da utilização de soluções compatíveis.
- Nas áreas com atividades econômicas rurais, implementar práticas sustentáveis de produção que visem ao controle da poluição e da contaminação dos recursos naturais.
- Reforçar a proteção das áreas de Reserva Legal do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural.
- Submeter a atividade de mineração ao controle da qualidade ambiental, de acordo com os regulamentos dos processos de licenciamento.
- Promover e aplicar instrumentos de compensação ambiental (PSA Pagamentos por Serviços Ambientais, compensação financeira e demais instrumentos).
- Controlar as transformações de uso decorrentes da expansão urbana de forma planejada, atendendo às exigências estabelecidas no Artigo 42-B do Estatuto da Cidade.
- Utilizar o instrumento da outorga onerosa de alteração de uso para conversão do solo rural para urbano nos processos de regularização fundiária de interesse específico, como forma de controlar e coibir a dispersão de loteamentos irregulares fora dos perímetros urbanos municipais.

DIRETRIZES PARA REVISÃO DE LEIS ACESSÓRIAS - PARCELAMENTO E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

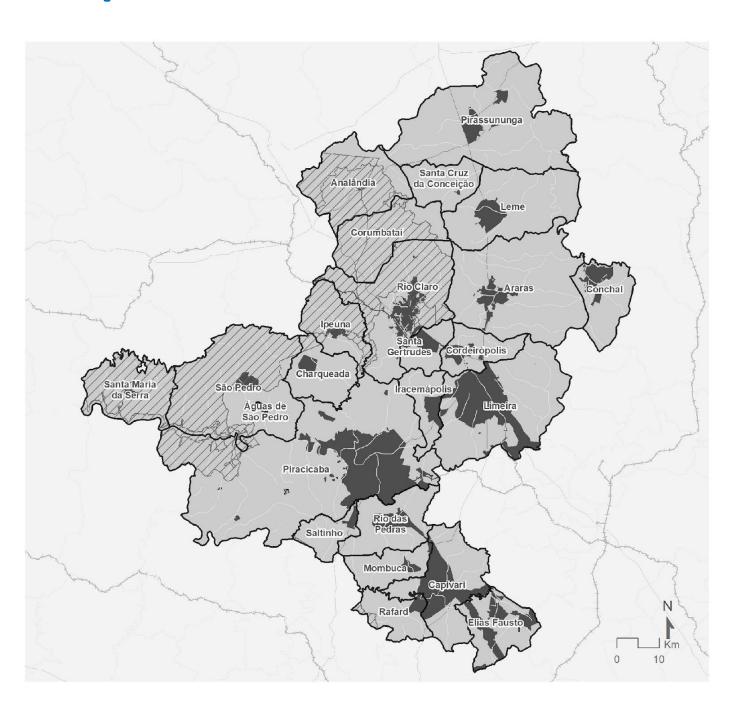
- Cumprir as determinações sobre parcelamento, uso e ocupação do solo previstas para as Unidades de Conservação existentes e as que vierem a ser criadas, inclusive zona de amortecimento, nos termos das legislações federal, estadual e municipal pertinentes.
- Compatibilizar os usos com as condicionantes geológico-geotécnicas e de relevo dos terrenos.
- Restringir atividades incompatíveis e garantir a contenção da expansão urbana sobre áreas de mananciais hídricos.
- Nas áreas que estão sobre sistemas aquíferos de abastecimento hídrico, como o Guarani, avaliar a sua vulnerabilidade à contaminação e os perigos ao abastecimento público, estabelecendo critérios técnicos mais restritivos de uso e ocupação do solo.
- Manter a integridade das Áreas de Preservação Permanente, conforme disposto na Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal).







Proposta Final de Macrozoneamento da RMP - Macrozona de Interesse de Uso Urbano



DIRETRIZES GERAIS

- Garantir oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas nas áreas urbanas.
- Priorizar o crescimento dos municípios nas áreas dotadas de infraestrutura, serviços locais e acessibilidade ao sistema de transporte público, existente ou a ser implantado.
- Recuperar a qualidade dos sistemas ambientais existentes, especialmente dos rios, córregos e áreas vegetadas, articulando-os, adequadamente, com os sistemas urbanos, com especial atenção à recuperação das planícies fluviais dos rios Piracicaba e Corumbataí.
- Proteger, recuperar e valorizar os patrimônios histórico, cultural e ambiental dos municípios.







Proposta Final de Macrozoneamento da RMP - Macrozona de Interesse de Uso Urbano

DIRETRIZES DE ORIENTAÇÃO PARA ADEQUAÇÃO/REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

- Garantir a compatibilização do uso urbano com a conservação dos ativos ambientais sob Unidades de Conservação existentes e as que vierem a ser criadas, cumprindo as determinações previstas nos termos das legislações federal, estadual e municipal pertinentes.
- Garantir, sempre que possível, a acessibilidade universal aos serviços, equipamentos e infraestruturas das áreas urbanas, com adequações das calçadas, travessias e acessos às edificações, conforme normas que regulam o assunto.
- Zelar pela manutenção da cobertura vegetal nas Áreas de Preservação Permanente, para garantir o equilíbrio hidrológico e sedimentológico e o aumento da infiltração de água no solo, reduzindo o escoamento superficial e os processos erosivos.
- Preservar as áreas marginais a cursos d'água e fundos de vale que vão além das Áreas de Proteção Permanente, que possuem a função hidráulica de possibilitar o escoamento de enchentes ou inundações, incrementando a recomposição das matas ciliares.
- Incentivar e aplicar soluções baseadas na natureza5 para controle da drenagem pluvial urbana, tais como: naturalização dos cursos d'água e implantação de parques lineares, calçadas permeáveis, jardins de chuva, etc.
- Promover Programa de Arborização Urbana com o intuito de favorecer o incremento de espaços verdes e o conforto térmico nas áreas urbanas.
- Mitigar os problemas existentes nas áreas com riscos geológico-geotécnicos, de inundações e decorrentes de solos contaminados, e prevenir o surgimento de novas situações de vulnerabilidade.
- Utilizar instrumentos de política urbana, tais como a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, para recuperação dos investimentos do poder público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos.
- Qualificar e complementar o sistema de mobilidade, com a integração entre os sistemas de transporte coletivo, viário, cicloviário e de circulação de pedestres, nos âmbitos intraurbano e regional.
- Promover a urbanização e a regularização fundiária de assentamentos precários, onde couber, considerando os princípios orientadores da política habitacional do Estado de São Paulo e a legislação vigente sobre regularização fundiária.
- Utilizar as ZEIS Zonas Especiais de Interesse Social como instrumento que garante terrenos adequados para a produção de Habitações de Interesse Social (HIS), para que a regularização fundiária e a urbanização de loteamentos irregulares possa beneficiar os habitantes que vivem em assentamentos precários e informais.







Proposta Final de Macrozoneamento da RMP - Macrozona de Interesse de Uso Urbano

DIRETRIZES PARA REVISÃO DE LEIS ACESSÓRIAS - PARCELAMENTO E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

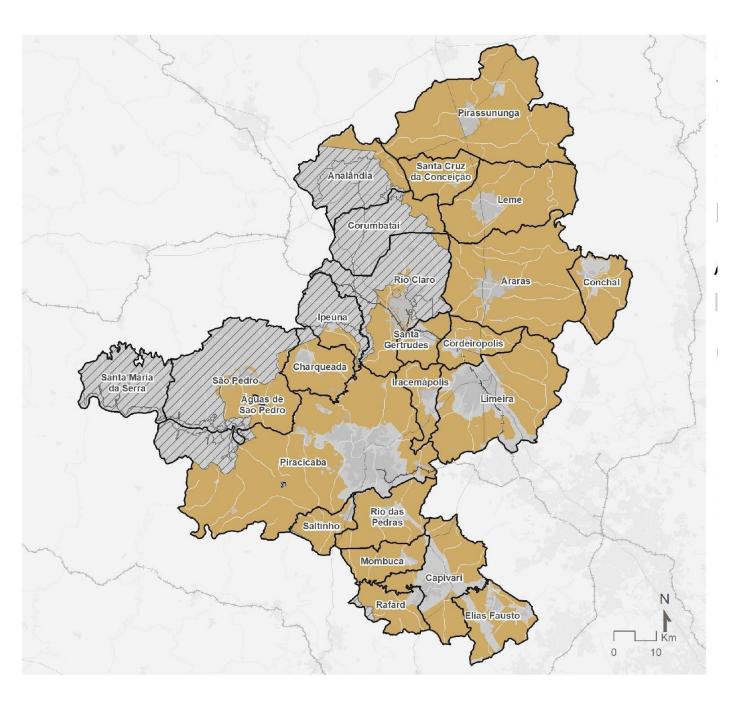
- Garantir a compatibilização do uso urbano com a conservação dos ativos ambientais nas áreas urbanas sob Unidades de Conservação existentes e as que vierem a ser criadas, cumprindo as determinações previstas nos termos das legislações federal, estadual e municipal pertinentes.
- Estimular a ocupação e o uso dos imóveis em áreas dotadas de infraestrutura, a partir de incentivos fiscais e da aplicação dos instrumentos de política urbana definidos no Estatuto da Cidade, como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsório (PEUC) e o IPTU progressivo no tempo.
- Estudar a adoção de um coeficiente de aproveitamento básico, diferente do limite máximo de aproveitamento, para contribuir na regulação dos preços da terra e viabilizar a aplicação dos instrumentos de outorga onerosa do direito de construir.
- Evitar conflitos entre usos impactantes e sua vizinhança.
- Nas áreas que estão sobre o Sistema Aquífero Guarani, avaliar a sua vulnerabilidade à contaminação e os perigos ao abastecimento público, estabelecendo critérios técnicos para a definição do uso e ocupação do solo, evitando adensamento e/ou atividades com potencial impacto ao ambiente.
- Compatibilizar usos e tipologias para o parcelamento e uso do solo urbano com as condicionantes geológico-geotécnicas e de relevo.
- Garantir que as despesas decorrentes para licenciamento e regularização fundiária de núcleos urbanos informais de interesse específico ocorram por conta dos beneficiários, nos termos da Lei Federal nº 13.465/17 e suas alterações.







Proposta Final de Macrozoneamento da RMP - Macrozona de Interesse de Uso Rural



DIRETRIZES GERAIS

- Estimular, de forma sustentável, o aumento de produtividade das atividades rurais.
- Proporcionar infraestrutura adequada às atividades agropecuárias e ao escoamento de sua produção.
- Incentivar a diversificação, agregação de valor e integração às cadeias agroindustriais das propriedades, cooperativas e empresas agrícolas.
- Promover o desenvolvimento do turismo rural e do turismo ecológico, com sustentabilidade ambiental.
- Estimular a conservação do solo a partir da implementação de práticas que visem ao controle dos processos erosivos.
- Estimular a agroecologia, a agricultura familiar, a agricultura orgânica e as agroflorestas.







Proposta Final de Macrozoneamento da RMP - Macrozona de Interesse de Uso Rural

DIRETRIZES DE ORIENTAÇÃO PARA ADEQUAÇÃO/REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

- Garantir a proteção das áreas de Reserva Legal do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural.
- Promover a conservação e a recuperação dos serviços ambientais prestados pelos ativos ambientais existentes, em especial aqueles relacionados com a produção da água e com a regulação climática.
- Prever as condições de controle ambiental, de acordo com as regras de licenciamento, para que as atividades mineradoras possam continuar produzindo de forma ambientalmente adequada.
- Abrigar as transformações de uso decorrentes da expansão urbana de forma planejada, atendendo às exigências estabelecidas no Artigo 42-B do Estatuto da Cidade.
- Articular com entes municipais e estaduais a regularização urbanística e fundiária dos núcleos urbanos informais consolidados, nos termos da Lei13.465/2017.
- •Utilizar o instrumento da outorga onerosa de alteração de uso para conversão do solo rural para urbano nos processos de regularização fundiária de interesse específico, como forma de controlar e coibir a dispersão de loteamentos irregulares fora dos perímetros urbanos municipais.
- Manter a integridade das áreas de preservação permanente, conforme disposto na Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal).

DIRETRIZES PARA REVISÃO DE LEIS ACESSÓRIAS – PARCELAMENTO E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Nas áreas que estão sobre o Sistema Aquífero Guarani, avaliar a sua vulnerabilidade à contaminação e os perigos ao abastecimento público, estabelecendo critérios técnicos para a definição do uso e ocupação do solo rural.







Região Metropolitana de Piracicaba

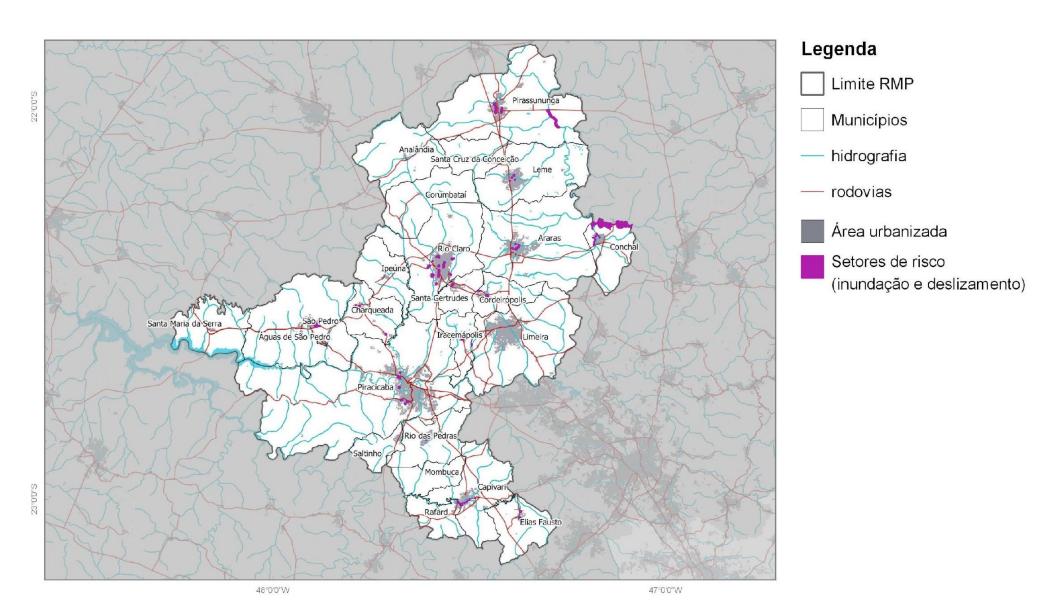
Estratégias para Ação Metropolitana







Estratégia para Gestão Integrada de Riscos e Desastres



Insumos para Estratégia - exemplo Setores de Risco (Inundação e Deslizamento) – levantamentos IPT e CPRM

OBJETIVOS

- I. Articular as diversas instâncias de governo para gestão integrada de riscos de desastres (considerados riscos associados às ameaças ou processos geológicos, hidrológicos, meteorológicos, climatológicos, biológicos e tecnológicos), alinhada às diretrizes e estratégias da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), Lei Federal nº 12.608/12.
- II. Indicar as áreas sujeitas a controle especial pelo risco de desastres naturais e tecnológicos da região.
- III. Elaborar diretrizes para uso e ocupação do solo nas áreas identificadas, de modo a orientar os planos diretores e as políticas públicas municipais.







Estratégia para Gestão Integrada de Riscos e Desastres

DIRETRIZES PARA GESTÃO METROPOLITANA

- Acompanhar a implementação de medidas voltadas à redução de riscos junto aos diversos órgãos das administrações municipais e estadual, no âmbito de suas competências exclusivas, tais como: redução das áreas de ocupações irregulares nos fundos de vale e encostas, incentivo ao cumprimento das leis de uso e ocupação do solo e oferta de oportunidades de moradias adequadas.
- Realizar análise integrada e participativa dos instrumentos, engajando a gestão pública e a sociedade no ordenamento territorial e no planejamento urbano, e na execução de medidas voltadas para a busca por resiliência.
- Promover a utilização dos dados sobre riscos por todos os agentes públicos envolvidos no planejamento metropolitano, fornecendo diretrizes gerais que possam auxiliar nas ações e políticas públicas para as áreas não ocupadas, e melhorar a segurança em áreas já ocupadas, mediante a complementação e detalhamentos que se façam necessários em nível local.
- Discutir e analisar projetos de Áreas de Interesse Metropolitano e seus respectivos Planos de Ação, quanto aos aspectos relacionados aos riscos ambientais, quando pertinente.
- Incentivar e apoiar a realização de campanhas permanentes de educação, comunicação e capacitação técnica de recursos humanos das prefeituras, dos sistemas de educação, da sociedade civil em geral e outros órgãos afins, disseminando e construindo conhecimento para aumentar a percepção e a resiliência em relação aos riscos ambientais urbanos e desastres associados.







Estratégia para Gestão Integrada de Riscos e Desastres

DIRETRIZES PARA AS ÁREAS DE RISCO

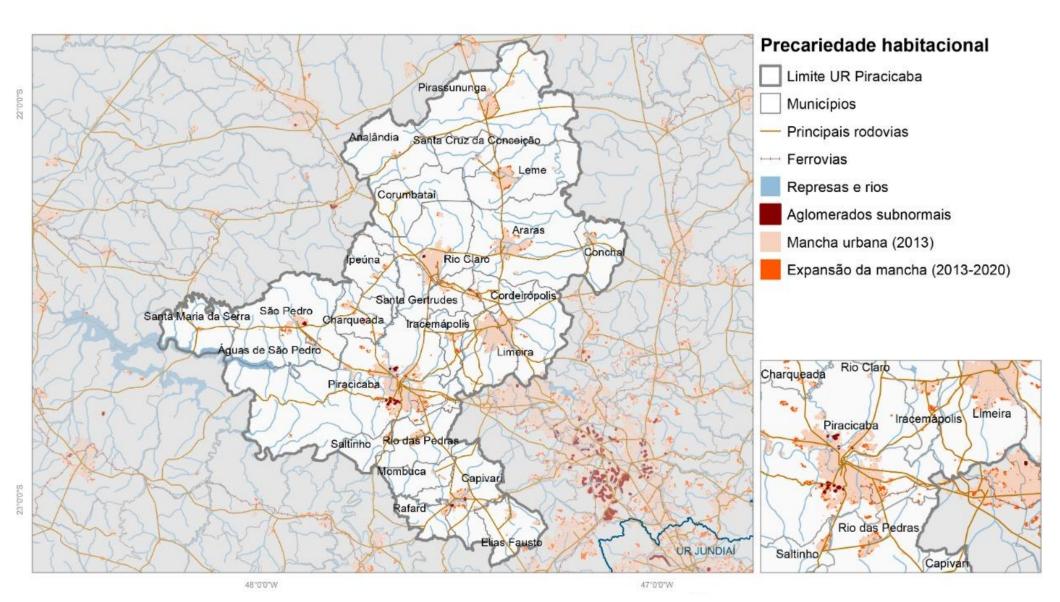
- Para os municípios que possuem áreas suscetíveis à ocorrência de desastres, as ações relacionadas devem conter tanto intervenções estruturais como não estruturais para controle, redução e erradicação dos desastres, dentre as quais:
- Incorporar informações dos mapeamentos de risco disponíveis aos planos diretores e às leis de uso e ocupação de solo municipais.
- Elaborar carta geotécnica de aptidão à urbanização e estabelecer diretrizes urbanísticas, com vistas à segurança dos novos parcelamentos do solo.
- Prevenir a formação de novas áreas de risco, por meio de diretrizes de urbanização e edificação compatíveis com as potencialidades e restrições do meio físico.
- Criar mecanismos de controle e de fiscalização, para evitar a edificação em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.
- Difundir informação sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos.
- Conscientizar as comunidades em áreas vulneráveis sobre perigos e riscos, e desenvolver programas de capacitação para enfrentamento de situações de emergência.
- Articular as ações de redução de riscos com as demais ações e programas federais, estaduais e municipais, em particular habitação, drenagem e defesa civil.
- Realizar a inscrição no Cadastro Nacional de Municípios com Áreas Suscetíveis à Ocorrência de Deslizamentos de Grande Impacto, Inundações Bruscas ou Processos Geológicos ou Hidrológicos Correlatos.
- Elaborar plano de implantação de obras e serviços para a redução de riscos de desastre.
- Executar obras de estabilização de taludes e controle de erosão, sistemas de drenagem superficial e profunda, obras de proteção superficial e obras de contenção tanto da engenharia tradicional quanto de medidas não convencionais (engenharia natural, soluções baseadas na natureza, entre outras).







Estratégia para Enfrentamento da Precariedade e Informalidade Habitacional



Insumos para Estratégia - exemplo Aglomerados subnormais – IBGE 2019

OBJETIVOS

Estabelecer diretrizes mínimas para implementação de efetiva política pública de regularização fundiária urbana nos municípios, nos termos da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e otimizar resultados para os problemas dos assentamentos precários ou loteamentos irregulares em áreas afastadas dos centros urbanos, por meio de uma gestão integrada.







Estratégia para Enfrentamento da Precariedade e Informalidade Habitacional

DIRETRIZES PARA A GESTÃO METROPOLITANA

- Articular e fortalecer políticas públicas que melhorem as condições de vida na região, tendo em vista o enfrentamento da precariedade urbana e habitacional, e considerando os princípios orientadores da política habitacional do Estado de São Paulo.
- Promover o planejamento integrado, interfederativo e intersetorial das intervenções habitacionais de caráter metropolitano.
- Articular a política habitacional com as políticas setoriais de saneamento, transportes, meio ambiente, desenvolvimento social, educacional, cultural e econômico.

DIRETRIZES PARA AS ÁREAS COM PRECARIEDADE OU INFORMALIDADE HABITACIONAL

Os planos, projetos e ações que envolvem a regularização fundiária urbana devem ser orientados pelas diretrizes estabelecidas no Plano Estadual de Habitação (PEH) e na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e seu Decreto Regulamentador 9310/2018, entre as quais:

- Garantir a efetivação da função social da propriedade.
- Identificar os núcleos urbanos informais que devam ser regularizados, regularizá-los e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior.
- Nos casos de assentamentos regularizados com predomínio de população de baixa renda, promover a integração social e a implantação de programas de geração de emprego e renda. (continua)







Estratégia para Enfrentamento da Precariedade e Informalidade Habitacional

DIRETRIZES PARA AS ÁREAS COM PRECARIEDADE OU INFORMALIDADE HABITACIONAL (continuação)

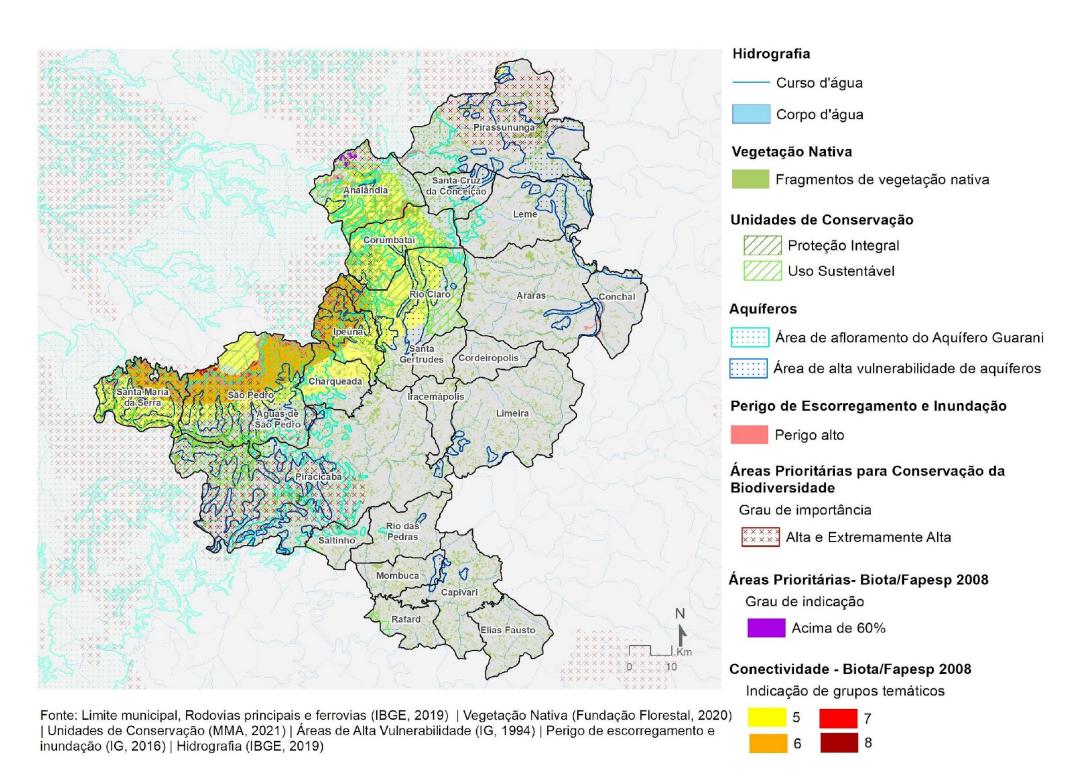
- Ampliar o acesso da população de baixa renda à terra urbanizada, priorizando, quando possível, a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados.
- Prevenir e desestimular a formação de novos núcleos urbanos informais, intensificando o monitoramento e a fiscalização.
- No caso de núcleo urbano informal situado em área de preservação permanente, em área de unidade de conservação de uso sustentável ou de proteção de mananciais, deverá ser obrigatório estudo técnico que comprove que as intervenções de regularização fundiária implicam em melhoria das condições ambientais em relação à situação da ocupação informal anterior; bem como a adoção das medidas nele preconizadas, inclusive por meio de compensações ambientais, quando necessárias.
- Assegurar a participação dos interessados nas etapas do processo de regularização fundiária.
- Apoiar os municípios na participação dos programas de regularização fundiária do Estado a exemplo do Programa Cidade Legal e dos programas realizados pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp).
- Apoiar os municípios para promover a assistência técnica em habitação de interesse social, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita de arquitetos e engenheiros para projetos e construções de habitação de interesse social, conforme a Lei Federal 11.888, de 24 de dezembro de 2008.
- Com relação ao licenciamento dos núcleos urbanos informais consolidados de interesse específico, é recomendado que a legislação municipal garanta, entre outros aspectos:
- que as despesas decorrentes da execução da infraestrutura essencial ocorram por conta dos beneficiários, conforme a Lei Federal n° 13.465/17 e suas alterações;
- que, em havendo necessidade, sejam solicitados estudos técnicos e adotadas medidas de mitigação e compensação urbanística e ambiental aos proponentes.







Estratégia Sistema de Áreas Verdes e Áreas Protegidas



Insumos para Estratégia - exemplo Vulnerabilidade dos Aquíferos, Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade, Conectividade das áreas verdes (Biota Fapesp), Vegetação Nativa

OBJETIVOS

Estabelecer as bases para a formulação de políticas públicas e para a estruturação de uma rede de abrangência regional voltadas à preservação, conservação, recuperação e conectividade entre as áreas verdes e áreas protegidas da RMP, promovendo e assegurando a biodiversidade e a sustentabilidade dos seus serviços ecossistêmicos; levantar e organizar os estudos e legislações existentes relacionados à proteção do meio ambiente para o território da RMP, com o intuito de orientar os municípios na revisão de suas leis ou planos de ação que interferem no uso e ocupação do solo.







Estratégia Sistema de Áreas Verdes e Áreas Protegidas

DIRETRIZES

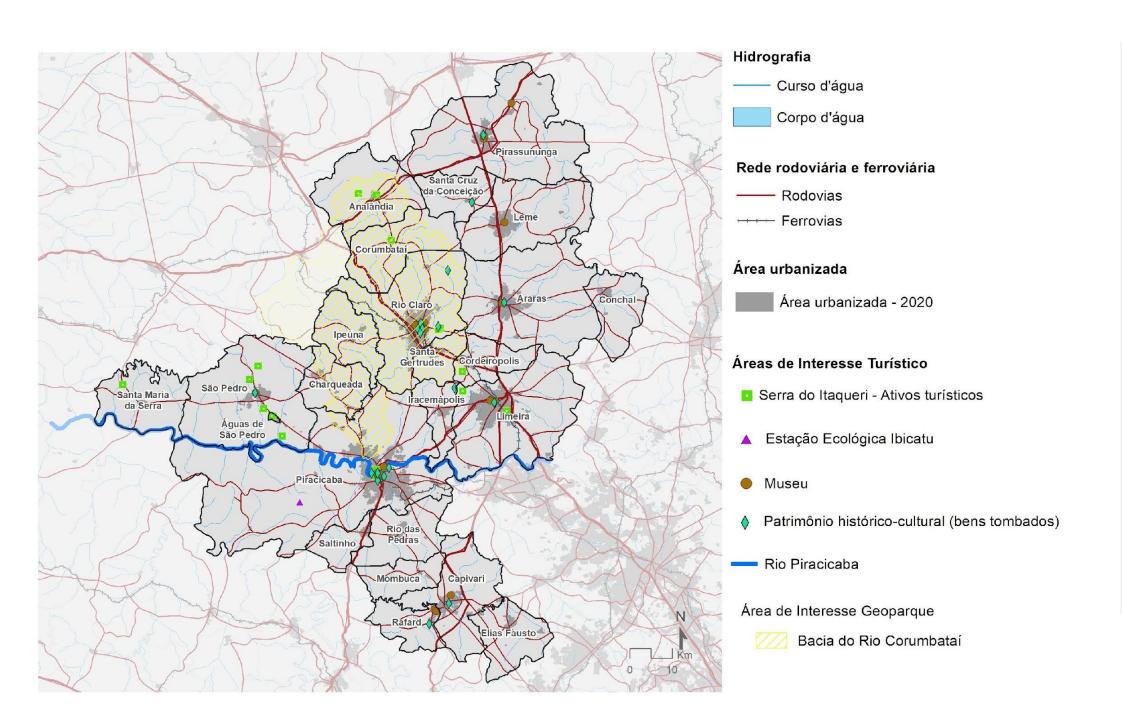
- Considerar, nas áreas que compõem o Sistema de Áreas Verdes e Áreas Protegidas, as recomendações e diretrizes de uso e ocupação do solo definidas pelas legislações e estudos publicados aos quais se referem.
- Adotar incentivos à criação de Unidades de Conservação no entorno dos principais cursos d'água, nas nascentes e nas áreas em que existam remanescentes florestais naturais, a fim de recuperar a vegetação e assegurar água limpa, bem como garantir a existência dos fragmentos de vegetação nativa.
- Priorizar a criação de áreas protegidas nas bacias hidrográficas que abrigam mananciais para abastecimento público, em áreas de afloramento e alta vulnerabilidade aos aquíferos, nas áreas de alta e extremamente alta importância das Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade (Ministério do Meio Ambiente, 2018) que incidem na RMP.
- Estimular o uso do Mapa de Incremento de Conectividade do Estado de São Paulo (Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2008), especialmente as áreas indicadas mais do que cinco vezes para averbação de Reserva Legal (RL), para criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), para restauração de corredores ecológicos na faixa além da legislação vigente, conversão de reflorestamentos de espécies exóticas em formações naturais e ampliação de Áreas de Proteção Ambiental (APA).
- Incentivar a criação e implantação de corredores ecológicos que promovam a conectividade entre as Unidades de Conservação e fragmentos de vegetação nativa.
- Tornar os corredores ecológicos prioritários para projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais.







Estratégia Rotas Turísticas Integradas



Insumos para Estratégia - exemplo Áreas de Interesse Turístico

OBJETIVO

Estabelecer ação coordenada e conjunta dos municípios da região para que os atrativos e o potencial turístico existentes em cada município sejam fomentados, na forma de roteiros turísticos integrados, com investimentos articulados, estimulando a dinâmica econômica e a geração de emprego regional.







Estratégia Rotas Turísticas Integradas

DIRETRIZES

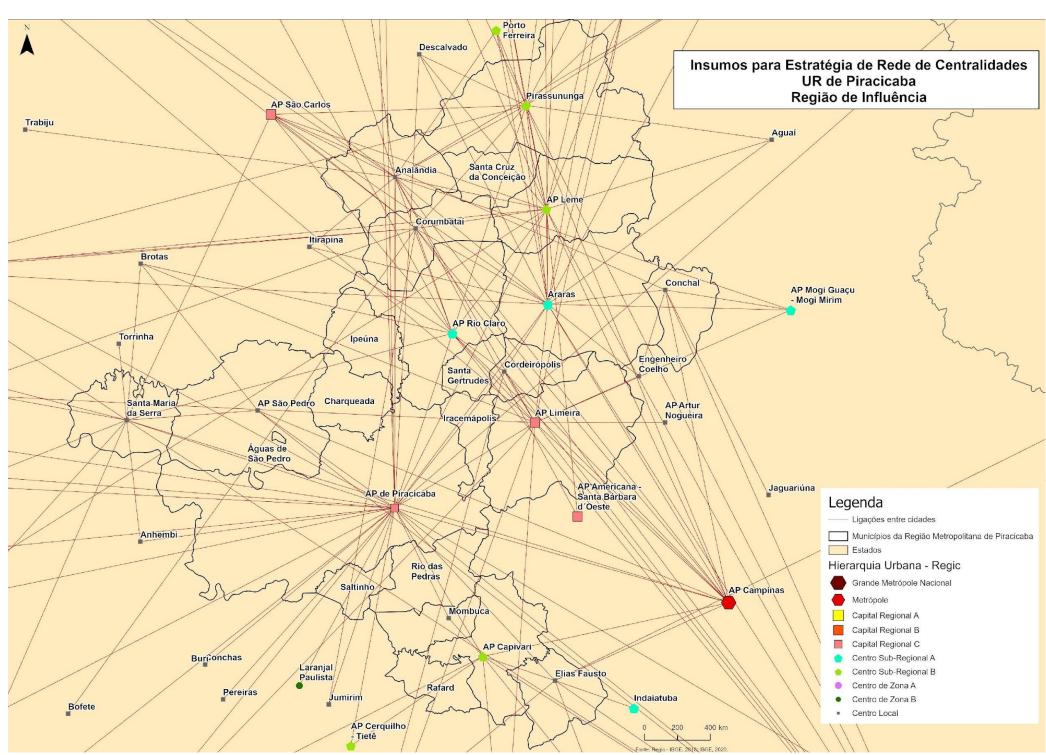
- Fomentar o desenvolvimento e integrar as rotas turísticas já existentes na região;
- Estudar e propor áreas para receber políticas públicas específicas destinadas a criar e fortalecer o turismo regional, por meio de requalificação urbanística vinculada a ações, projetos e políticas intersetoriais e interfederativas;
- Consolidar as vocações culturais e turísticas dos municípios;
- Discutir e analisar projetos de Áreas de Interesse Metropolitano e seus respectivos Planos de Ação, quanto aos aspectos relacionados ao turismo, quando pertinente.







Estratégia Rede de Centralidades



Insumos para Estratégia - exemplo Região de Influência – REGIC - IBGE

OBJETIVO

Qualificar a rede de centralidades, interligando as cidades por sistemas de infraestruturas regionais existentes e previstas, para equilibrar a distribuição das atividades sociais e econômicas na Região Metropolitana de Piracicaba, potencializando o desenvolvimento socioeconômico sustentável na região.







Estratégia Rede de Centralidades

DIRETRIZES

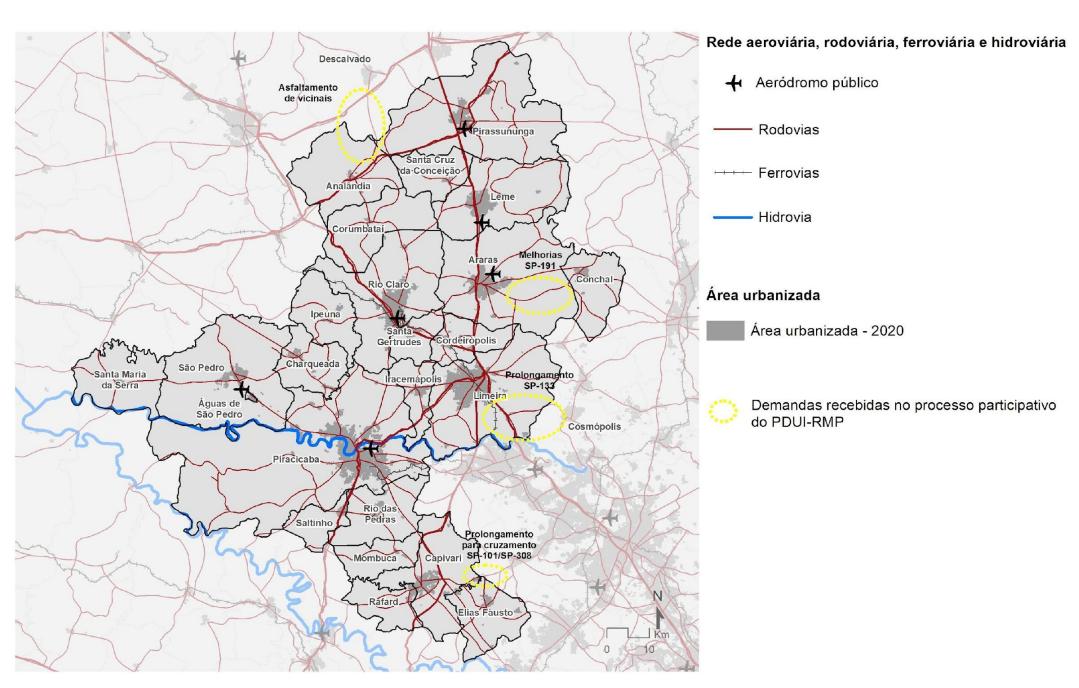
- Mapear a rede de centralidades intraurbana da Região Metropolitana de Piracicaba, analisando e considerando as centralidades indicadas nos Planos Diretores Municipais, quando existentes.
- Fortalecer o desenvolvimento das centralidades regionais, estimulando a oferta habitacional em áreas com infraestrutura disponível, para otimizar ou ampliar o uso desta infraestrutura.
- Priorizar a formação de novas centralidades com influência regional em áreas carentes e densamente ocupadas com uso predominantemente residencial, que estão atualmente distantes de centralidades metropolitanas existentes, para equilibrar a distribuição das atividades econômicas, serviços sociais e empregos no território.
- Conectar as centralidades em rede, por meio de sistemas estruturais (redes viária, de transporte coletivo, de comunicação e demais infraestruturas) e ambientais, potencializando o desenvolvimento urbano e, consequentemente, o desenvolvimento econômico e social.







Estratégia Gestão da Mobilidade Regional



Insumos para Estratégia - exemplo Redes de transportes existentes

OBJETIVOS

Integrar os sistemas de infraestruturas regionais existentes e previstas, potencializando o desenvolvimento econômico e social na região e fortalecendo a rede de cidades existente; melhorar o acesso às atividades urbanas e aos serviços na região, promovendo o planejamento e soluções articuladas e integradas de mobilidade — e buscando atender aos princípios de sustentabilidade, garantir a qualidade de vida e a competitividade econômica regional.







Estratégia Gestão da Mobilidade Regional

DIRETRIZES

- Promover a gestão integrada e interfederativa para melhoria da mobilidade urbana da região.
- Incentivar a elaboração dos planos de mobilidade urbana municipais, com base na Política Nacional de Mobilidade Urbana.
- Preconizar a eficiência socioeconômica e ambiental da logística de cargas.
- Priorizar os modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e os serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado.
- Promover o uso da tecnologia para melhorar os desempenhos técnicos e operacionais dos sistemas de transporte.
- Incentivar o uso de energias renováveis e menos poluentes pelos modos motorizados, com vistas a reduzir os efeitos da mudança climática e das emissões de gases de efeito estufa, considerando também a Política Estadual de Mudanças Climáticas.







Região Metropolitana de Piracicaba

Propostas para as FPICs







Propostas para as FPICs

Tema: Planejamento Territorial e Uso do Solo

- 1- Controlar a dispersão das áreas urbanas
- 2- Equilibrar o acesso aos equipamentos e serviços no território metropolitano
- 3 Promover a efetividade da regulação urbanística e do ordenamento territorial







TEMA: Planejamento Territorial e Uso do Solo **SUBTEMA:** Planejamento Territorial e Uso do Solo **FPICS** - Planejamento e Uso do Solo, Habitação

PROPOSTAS CONTEMPLADAS - Não houve propostas para este tema

TÍTULO - Controlar a dispersão das áreas urbanas

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Diagnóstico Regional da Região Metropolitana de Piracicaba e as discussões ocorridas nas oficinas regionais e nas audiências públicas apontaram a questão da dispersão das áreas urbanas como um dos principais problemas do desenvolvimento urbano na região. Isso envolve as dificuldades dos municípios em fiscalizar e impedir o surgimento de empreendimentos ilegais, o que contribui para consolidar um padrão de urbanização dispersa, e requer altos investimentos em infraestrutura para incorporar essas áreas a seus perímetros urbanos, posteriormente. Alguns municípios apresentam várias áreas irregulares dispersas pelo território, para as quais os próprios planos diretores municipais apresentam propostas específicas de regularização.

OBJETIVO

Orientar o crescimento urbano dos municípios, controlando a dispersão urbana.

DIRETRIZES

- Adequar os planos diretores municipais, considerando o ordenamento territorial da RMP e as diretrizes para o uso e ocupação do solo estabelecidas nas macrozonas.
- Direcionar o crescimento urbano dos municípios para as áreas dotadas de infraestrutura e acessibilidade ao sistema de transporte público, existente ou a ser implantado.
- Priorizar os investimentos na rede de transporte coletivo e nos modos não motorizados, racionalizando o uso de automóvel e diminuindo a pressão sobre vias urbanas.
- Estabelecer políticas e parcerias para recuperar ou incrementar o uso das áreas centrais dos municípios.
- Controlar as ampliações de perímetro urbano, condicionando-as à elaboração de projetos específicos que considerem os levantamentos de áreas de riscos, os parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, a previsão de áreas para habitação de interesse social e a definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, de acordo com o artigo 42-B do Estatuto da Cidade.
- Ampliar a oferta de habitação nas áreas dotadas de infraestrutura e acessibilidade pelo sistema de transporte público, prioritariamente à população de baixa renda.
- Desincentivar os parcelamentos do solo nas áreas rurais, estabelecendo políticas de apoio às atividades de pequenos produtores, para maior valorização da terra como instrumento de produção.







AÇÕES PROPOSTAS

- Investir em políticas de habitação de interesse social, visando as famílias de baixa renda e as que vivem em situação de risco ou vulnerabilidade socioambiental.
- Utilizar os instrumentos de Parcelamento ou Edificação Compulsórios (PEUC) e IPTU Progressivo no Tempo para combater o uso especulativo da terra em imóveis urbanos, assegurando o cumprimento da função social da propriedade.
- Utilizar o instrumento da outorga onerosa de alteração de uso para conversão do solo rural para urbano nos processos de regularização fundiária de interesse específico, como forma de controlar e coibir a dispersão de loteamentos irregulares fora dos perímetros urbanos municipais.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Administrações municipais (secretarias relacionadas ao desenvolvimento urbano);
- Câmara Temática Metropolitana de Planejamento Territorial e Uso do Solo ou outra relacionada a ser criada;
- Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba.

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) Avançar Cidades Mobilidade Urbana
- Programa de Apoio à Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana; Casa Verde e Amarela Produção de moradias, regularização fundiária e melhorias habitacionais e locação social
- BNDES Finem Desenvolvimento Integrado dos Municípios
- Governo Estadual Desenvolve SP Apoio a investimentos municipais
- Banco Interamericano de Desenvolvimento Programa de Integração Regional/Programa de Cidades Emergentes e Sustentáveis
- Municípios Utilização da Outorga Onerosa

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis







TEMA: Planejamento Territorial e Uso do Solo, Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social **SUBTEMA:** Planejamento Territorial e Uso do Solo, Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

FPICS- Planejamento e Uso do Solo, Desenvolvimento Econômico e Atendimento social

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: PP002, PP005, PP014, PP032 A, SC011

TÍTULO - Equilibrar o acesso aos equipamentos e serviços no território metropolitano

CONTEXTUALIZAÇÃO

As atividades econômicas estão concentradas nos municípios maiores da RMP, fortalecendo sua posição de centralidade e condicionando alguns municípios menores ao predomínio do uso residencial. Esta dinâmica faz com os cidadãos desenvolvam suas atividades produtivas e contribuam para a geração de receita nos municípios mais dinâmicos, mas demandem infraestrutura, inclusive social, sobretudo nos municípios com menor arrecadação fiscal e que têm característica de dormitório.

OBJETIVO

Promover ação metropolitana integrada e articulada dos municípios em áreas e temas usualmente sob responsabilidade municipal, para diminuir os efeitos da distribuição desigual dos serviços no território, aprimorar o atendimento da população e elevar a qualidade e a efetividade da ação pública.

DIRETRIZES

- Identificar as demandas e as necessidades por equipamentos e serviços em cada município da região, que possam ser atendidas por investimentos de âmbito regional;
- Priorizar os investimentos em equipamentos e serviços de acordo com as dinâmicas urbanas de cada município, avaliando suas demandas e buscando diminuir as desigualdades existentes.
- Estruturar e qualificar as redes de mobilidade (transportes) existentes, de forma a promover uma articulação equilibrada entre todos os municípios.
- Identificar necessidades de investimento e instrumentos disponíveis para fortalecer a rede de saúde, diminuir as carências municipais e embasar uma gestão metropolitana da saúde.
- Integrar investimentos e ações na área de segurança, com definição de regras e cronograma para operação integrada e em cooperação com a Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP/SP).







AÇÕES PROPOSTAS

• Implementar projetos coordenados e integrados entre os municípios, utilizando sistemas e tecnologias avançadas, para melhorar a oferta e a qualidade da infraestrutura e dos serviços públicos.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Administrações municipais (secretarias relacionadas ao desenvolvimento urbano, econômico e atendimento social)
- Câmaras Temáticas Metropolitanas de Planejamento Territorial e Uso do Solo e de Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social (ou relacionadas, a serem criadas)
- Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
- Secretaria de Estado de Segurança Pública
- Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) Avançar Cidades Mobilidade Urbana
- Programa de Apoio à Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana
- Ministério da Justiça e Segurança Pública Fundo Nacional de Direitos Difusos
- BNDES Finem Desenvolvimento Integrado dos Municípios; Finem Segurança Pública
- Governo Estadual Desenvolve SP Apoio a investimentos municipais, iluminação pública
- Banco Interamericano de Desenvolvimento Programa de Integração Regional/Programa de Cidades Emergentes e Sustentáveis

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 3 Boa Saúde e Bem-Estar
- ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura
- ODS 12 Consumo e Produção Responsáveis
- ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes







TEMA: Planejamento Territorial e Uso do Solo

SUBTEMA: Planejamento e Uso do Solo

FPIC - Planejamento e Uso do Solo

PROPOSTAS CONTEMPLADAS: Não houve propostas para este tema

TÍTULO - Promover a efetividade da regulação urbanística e do ordenamento territorial

CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerando o número relevante de municípios que não possuem planos diretores ou zoneamentos na RMP (10 municípios) e aqueles que necessitam revisar seus planos, e, ainda, diante da carência de corpo técnico nas prefeituras, torna-se importante a existência de uma instância metropolitana que acompanhe e auxilie os municípios nesse processo, principalmente após a aprovação do PDUI-RMP, que dará diretrizes gerais de uso e ocupação do solo e deverá nortear a elaboração desses instrumentos locais de planejamento.

OBJETIVO

Auxiliar os municípios nos processos de elaboração e revisão das suas regulações urbanísticas, visando à efetivação de diretrizes de ordenamento territorial.

DIRETRIZES

- Promover a atuação cooperada entre municípios e órgãos estaduais e federais que possuam interface com as políticas de desenvolvimento urbano e de gestão territorial, para troca de experiências, alinhamento e proposições de ações conjuntas;
- Promover a instituição e a regulamentação de instrumentos jurídicos e urbanísticos nos planos diretores municipais, bem como sua aplicação;
- Articular municípios vizinhos para compatibilizar zoneamentos conflitantes nas fronteiras, em consonância com o macrozoneamento regional;
- Promover a utilização das ZEIS Zonas Especiais de Interesse Social na política habitacional dos municípios, como instrumento que garante terrenos adequados para a produção de Habitações de Interesse Social (HIS) e para que a regularização fundiária e a urbanização de loteamentos irregulares possam beneficiar os habitantes que vivem em assentamentos precários e informais;
- Organizar e disponibilizar os estudos e levantamentos existentes sobre as áreas de perigo e risco de desastres naturais, para que sejam consideradas em todos os planos e projetos territoriais dos municípios da RMP; (continua)







DIRETRIZES (cont.)

- Assegurar a adequação da sustentabilidade ambiental da atividade minerária, de acordo com os regulamentos dos processos de licenciamento;
- Preconizar que os municípios elaborem o macrozoneamento, zoneamento e parâmetros de parcelamento do solo de seus territórios de forma integrada, evitando descompassos entre legislações e otimizando as diretrizes e os objetivos para o uso e ocupação do solo, em consonância com as diretrizes dispostas no macrozoneamento metropolitano;
- Elaborar, por meio de instância metropolitana (Câmara Temática ou Grupo de Trabalho), estudos, análises e ações para as estratégias de ação e áreas de interesse metropolitano na RMP, conforme definido pelo ordenamento territorial.

AÇÕES PROPOSTAS

Criar instância no âmbito do Conselho de Desenvolvimento da RMP para dar apoio técnico aos municípios e acompanhamento das revisões ou elaborações dos planos diretores municipais, a partir das diretrizes estabelecidas pelo PDUI-RMP.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Administrações municipais (secretarias relacionadas ao desenvolvimento urbano e meio ambiente)
- Câmara Temática de Planejamento Territorial e Uso do Solo (ou outra relacionada a ser criada)
- Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba
- Universidades e instituições de pesquisa
- Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR)

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Regional Projeto ANDUS (Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável)
- Programa de Desenvolvimento Urbano Pró-Cidades

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis







Propostas para as FPICs

Tema: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

- 1- Elaborar o Plano Regional de Resíduos Sólidos para a Região Metropolitana de Piracicaba
- 2- Atuar na prevenção de eventos hidrológicos extremos
- 3- Criar condições de enfrentamento à escassez hídrica
- 4- Promover a preservação e a conservação dos fragmentos florestais e das unidades de conservação
- 5- Promover melhorias na coleta e no tratamento de esgoto
- **6 -** Promover a articulação de instrumentos interfederativos e interinstitucionais para a proteção e a recuperação da fauna silvestre







Propostas para as FPICs – Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos - 01

TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

SUBTEMA: Meio Ambiente e Saneamento

FPIC - Meio Ambiente

PROPOSTAS CONTEMPLADAS - PP009, PP017 A, PP017 B, PP23A, PP029 A, PP34 C, SC018 B

TÍTULO - Elaborar o Plano Regional de Resíduos Sólidos para a Região Metropolitana de Piracicaba

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Diagnóstico Regional da Região Metropolitana de Piracicaba e as discussões ocorridas nas oficinas regionais apontaram que, embora os municípios não tenham problemas com a qualidade dos locais de disposição final dos seus resíduos sólidos, muitos destes espaços são distantes, em municípios fora da RMP – demandando grandes e custosos deslocamentos diários. Para contornar o problema, precisam ser criadas estratégias que viabilizem soluções regionais para a disposição dos resíduos sólidos, portanto, menos onerosas aos municípios.

OBJETIVO

Elaborar o Plano Regional de Resíduos Sólidos para a RMP, visando a identificar soluções regionais para o tratamento e a disposição dos resíduos sólidos urbanos.

DIRETRIZES

Elaborar o Plano Regional de Resíduos Sólidos, considerando os conteúdos mínimos expressos no Art. 15 da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a saber:

- I. diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos;
- II. proposição de cenários;
- III. metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras;
- IV. metas para o aproveitamento energético;
- V. metas para a eliminação e a recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- VI. programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;
- VII. normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos da União;
- VIII. medidas para incentivar e viabilizar a gestão regionalizada dos resíduos sólidos;







DIRETRIZES (continuação)

- IX. diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos das regiões integradas de desenvolvimento instituídas por lei complementar, bem como para as áreas de especial interesse turístico;
- X. normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos;
- XI. controle e fiscalização.
- Definir metas regionais, considerando a ordem de prioridade da gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- Implementar ações para melhoria das condições dos aterros sanitários, com a efetiva fiscalização e o controle da poluição, bem como o aproveitamento energético dos gases gerados.
- Construir proposta de arranjo regional, interinstitucional e intermunicipal, para tratamento e disposição dos resíduos sólidos que atenda os municípios da RMP.
- Elaborar propostas que estimulem a formalização de convênios intermunicipais para soluções acerca do tratamento e a disposição dos resíduos sólidos que atendam os municípios da RMP.
- Estimular o envolvimento de cooperativas de material reciclável, catadores autônomos, outros novos negócios, tendo como base a reciclagem/ reaproveitamento/reutilização de resíduos sólidos de distintas naturezas.
- Apoiar a confecção e o lançamento de produtos provenientes da transformação de resíduos sólidos reciclados, favorecendo a geração de emprego e renda.
- Acompanhar a estruturação e a implementação de sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, de acordo com o estabelecido na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

AÇÕES PROPOSTAS

- Realizar diagnóstico regional dos resíduos sólidos da RMP;
- Identificar áreas regionais para a destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos e disposição final de rejeitos;
- Disponibilizar plataforma digital para compartilhamento de dados necessários para a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos, a fim de que estejam disponíveis para os municípios a partir de um banco de dados regional.







GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Conselho de Desenvolvimento da RMP Câmara Temática de Resíduos Sólidos
- Administrações municipais
- Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente
- Especialistas na área de resíduos sólidos de institutos ou instituições de pesquisa presentes na RMP

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Regional Avançar Cidades Saneamento
- Caixa Econômica Federal Finisa
- Ministério da Justiça e Segurança Fundo de Defesa de Direitos Difusos
- Ministério do Meio Ambiente Fundo Nacional do Meio Ambiente
- Ministério da Saúde Fundação Nacional de Saúde Funasa Programa de Saneamento Básico
- BNDES Finem Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos
- Governo Estadual Desenvolve SP Linha Economia Verde Municípios
- Banco Mundial nGCF Green Climate Fund
- Banco Interamericano de Desenvolvimento BID Iniciativa para a Promoção de Bens Públicos Regionais (BPR)

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

• ODS 6 – Água Potável e Saneamento







TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

SUBTEMA: Riscos Ambientais

FPIC - Meio Ambiente

PROPOSTAS CONTEMPLADAS - Não houve propostas

TÍTULO - Atuar na prevenção de eventos hidrológicos extremos

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Região Metropolitana de Piracicaba tem uma rede hídrica bastante densa, com rios que cruzam as áreas urbanas da região. Com o crescimento da mancha urbana, ainda que de forma discreta, é necessária a criação de instrumentos e ações que visem à prevenção e ao enfrentamento de eventos extremos, os quais tendem a ser mais frequentes e mais intensos, sobretudo pela ação das mudanças climáticas.

OBJETIVO

Contribuir com estudos, estímulos e estratégias para prevenir eventos hidrológicos extremos, de acordo com as diretrizes da Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), Lei Estadual nº 13.798, de 9 de novembro de 2009, e da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

DIRETRIZES

- Adotar medidas e procedimentos de natureza metropolitana para tornar as cidades resilientes ao enfrentamento de desastres naturais;
- Implementar estratégias integradas de mitigação aos efeitos de eventos hidrológicos extremos no âmbito regional;
- Prevenir a formação de novas áreas de risco de inundações, por meio de diretrizes de urbanização e edificação compatíveis com as potencialidades e restrições do meio físico.

AÇÕES PROPOSTAS

- Propor projetos e obras específicas, visando a prevenir a ocorrência e minimizar danos relacionados às enchentes e inundações e à proteção das bacias hidrográficas, bem como em áreas com risco de deslizamentos, a partir dos levantamentos mapeamentos existentes sobre suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações.
- Elaborar estudos hidrológicos para subsidiar projetos e ações sobre o aumento e a intensidade das precipitações e períodos de estiagem.
- Realizar mapeamento detalhado dos trechos dos cursos d'água da região com vulnerabilidade às inundações, atualizando as cartas de setorização de riscos periodicamente.







GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Conselho de Desenvolvimento da RMP Câmaras Temáticas de Recursos Hídricos e Macrodrenagem e Gestão de Riscos Ambientais;
- Administrações municipais
- Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente
- Especialistas na área de gestão de riscos ambientais e desastres naturais de institutos e/ou instituições de pesquisas presentes na RMP Possíveis fontes financeiras
- Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) Avançar Cidades Saneamento
- Caixa Econômica Federal Prevenção e Resposta a Desastres Naturais
- BNDES Finem Desenvolvimento Integrado dos municípios
- Governo Estadual Desenvolve SP Linha de Apoio a Investimentos Municipais
- Fundo Estadual Fehidro
- Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) Programas de Desenvolvimento Sustentável e Integração Regional
- Banco de Desenvolvimento Fonplata Empréstimos e Cooperações Técnicas para integração regional das áreas mais vulneráveis
- Banco Interamericano de Desenvolvimento Meio Ambiente e Desastres Naturais

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 6 Água Potável e Saneamento
- ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis
- ODS 15 Vida Terrestre







TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

SUBTEMA: Riscos Ambientais

FPIC - Meio Ambiente

PROPOSTAS CONTEMPLADAS - PP010 C, PP028, SC015 B

TÍTULO - Criar condições de enfrentamento à escassez hídrica

CONTEXTUALIZAÇÃO

A RMP tem rios de importância regional. Suas bacias hidrográficas – a exemplo das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, que têm parte de suas águas transferidas para o Sistema Cantareira –, abastecem parte da Região Metropolitana de São Paulo. Os dados do Panorama Regional, do Diagnóstico e os resultantes das oficinas regionais revelaram a preocupação com as sub-bacias, que apresentam maior demanda do que oferta de água, configurando um cenário de alerta para a região.

OBJETIVOS

- Elaborar e valer-se de estudos existentes para adotar medidas que garantam a segurança hídrica na RMP, visando a assegurar o enfrentamento à escassez hídrica;
- Alinhar ações com os planos de bacias dos comitês inseridos na região.

- Elaborar estudos conjuntamente com os Comitês de Bacias Hidrográficas sobre o aproveitamento dos recursos hídricos na RMP.
- Acompanhar a implementação da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais, no âmbito da área de atuação do Comitê PCJ na RMP (Deliberação dos Comitês PCJ nº 307/2018).
- Considerar os estudos, propostas e metas do Plano de Bacia Hidrográfica elaborado pelo Comitê de Bacias PCJ e orientações do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de São Paulo, quando concluído.
- Incentivar e promover a captação, a preservação e o aproveitamento de águas pluviais.
- Elaborar estudos de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis.
- Incentivar e promover a captação, a preservação e o aproveitamento de águas pluviais.
- Estabelecer instrumentos para garantir a preservação e a proteção dos mananciais, promovendo o ordenamento territorial compatível com a função de garantir a quantidade e a qualidade das águas.







DIRETRIZES (continuação)

- Priorizar a criação de áreas protegidas nas bacias hidrográficas, que abrigam mananciais para abastecimento público.
- Promover a integração entre os municípios, visando à implantação de Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM).
- Implementar programa de fiscalização das Áreas de Preservação Permanente e das áreas de mananciais, para coibir usos irregulares.

AÇÕES PROPOSTAS

- Mapear áreas de mananciais regionais da RMP;
- Realizar ações para restauração de matas ciliares para garantir a qualidade e a quantidade das águas.
- Realizar estudos sobre obras de barramento para garantia do suprimento hídrico, a exemplo da barragem do Rio Corumbataí, como alternativas de abastecimento em períodos de escassez ou de estresse hídrico;
- Adotar programa de fiscalização interinstitucional para controle dos usos múltiplos dos recursos hídricos;
- Criar uma política de comunicação e de campanhas de utilidade pública para informar sobre a qualidade e a quantidade de água disponível, permanentemente.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Conselho de Desenvolvimento da RMP Câmara Temática de Recursos Hídricos e Macrodrenagem
- Administrações municipais
- Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente
- Comitês de Bacias Hidrográficas
- Especialistas na área de gestão de recursos hídricos de institutos e/ou instituições de pesquisas presentes na RMP

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Regional Avançar Cidades Saneamento para Todos
- Caixa Econômica Federal Finisa
- Ministério da Justiça e Segurança Fundo de Defesa de Direitos Difusos







GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO (continuação)

- Ministério do Meio Ambiente Fundo Nacional do Meio Ambiente
- Ministério da Saúde Fundação Nacional de Saúde Funasa Programa de Saneamento Básico
- BNDES Finem Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos
- Governo Estadual Desenvolve SP Linha Economia Verde Municípios
- Fundo Estadual Fehidro

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS:

- ODS 6 Água Potável e Saneamento
- ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis







TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

SUBTEMA: Riscos Ambientais

FPIC - Meio Ambiente

PROPOSTAS CONTEMPLADAS - PP010 C, PP015, PP017 C, PP017 D, PP020, PP021, PP022

TÍTULO - Promover a preservação e a conservação dos fragmentos florestais e das unidades de conservação

CONTEXTUALIZAÇÃO

A maior parte dos municípios da Região Metropolitana de Piracicaba tem percentual baixo de cobertura vegetal. São, em sua maioria, pequeno fragmentos dispersos, que não promovem a conectividade nem a integração da fauna e da flora na região. Diante desse cenário, há necessidade de acionar instrumentos de proteção, preservação e conservação, como a criação de Unidades de Conservação, áreas verdes protegidas, entre outras.

OBJETIVO

Promover e assegurar a proteção dos ativos ambientais, especialmente a partir da preservação e da conservação dos fragmentos florestais e das Unidades de Conservação.

- Adotar incentivos à criação de Unidades de Conservação no entorno dos principais cursos d'água e nascentes e em áreas onde existam remanescentes florestais naturais, a fim de recuperar a vegetação e assegurar água limpa, bem como garantir a existência dos fragmentos de vegetação nativa.
- Incentivar a elaboração dos Planos de Manejo nas Unidades de Conservação existentes, visando a compatibilizar sua função com o uso e ocupação do solo dos municípios, por meio dos zoneamentos das Áreas de Proteção Ambiental.
- Incentivar a criação de corredores ecológicos na RMP, visando à conectividade dos remanescentes florestais.
- Estabelecer parcerias com as universidades da região para o desenvolvimento de estudos para ampliação e recuperação de áreas florestais e de áreas verdes.
- Incentivar a criação de áreas de agroflorestas, como possibilidade de produção de alimentos e, consequentemente, de proteção do ambiente.
- Estimular a arborização urbana e a criação de florestas urbanas, com intuito de aumentar as áreas de infiltração e promover o conforto térmico nas cidades, valorizando uma agenda articulada de políticas urbanas e ambientais.
- Incentivar a criação de Planos de Manejo de Mata Atlântica e Cerrado, para identificação de remanescentes florestais de vegetação natural nos municípios que compõem a RMP.







DIRETRIZES (continuação)

- Promover instrumentos de sustentação socioeconômica dos ativos ambientais, contemplando, entre outros, a remuneração e a compensação financeira por áreas protegidas, importante, principalmente, para os municípios com grandes áreas a serem preservadas.
- Priorizar a criação de áreas protegidas nas bacias hidrográficas que abrigam mananciais para abastecimento público.
- Promover a integração entre os municípios, visando à implantação de Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM).

AÇÕES PROPOSTAS

- Mapear e recuperar áreas de nascentes dos cursos d'água da região.
- Realizar levantamento de espécies arbóreas nativas, para reflorestamento de Áreas de Preservação Permanente, Unidades de Conservação e áreas degradadas na RMP.
- Realizar estudos para o controle da expansão urbana em Áreas de Proteção Ambiental de Unidades de Conservação, especificamente naquelas que ainda não tiveram seus planos de manejo elaborados.
- Realizar estudos específicos das áreas de cuestas da APA Corumbataí, para compreensão das suas fragilidades e proposição de usos compatíveis que assegurem a sua proteção.
- Adotar programa de fiscalização para coibir o avanço de usos não permitidos em Áreas de Preservação Permanente e em Unidades de Conservação.
- Criar Câmara Temática Metropolitana para gerenciar um Sistema de Áreas Verdes e Áreas Protegidas da RMP, com integração e atualização de informações relacionadas, conforme Estratégia de Ação integrante do Ordenamento Territorial.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Conselho de Desenvolvimento da RMP Câmaras Temáticas de Meio Ambiente e Macrozoneamento
- Administrações municipais
- Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente
- Especialistas na área de meio ambiente, prioritariamente em preservação, conservação e recuperação da vegetação nativa e/ou instituições de pesquisas presentes na RMP







GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO (continuação)

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal Ministério da Justiça e Segurança Fundo de Defesa de Direitos Difusos
- Ministério do Meio Ambiente Fundo Nacional do Meio Ambiente
- BNDES Finem Meio Ambiente
- Governo Estadual Desenvolve SP Linha Economia Verde Municípios
- Fundo Estadual Fehidro

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 6 Água Potável e Saneamento
- ODS 15 Vida Terrestre







TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

SUBTEMA: Riscos Ambientais

FPIC - Meio Ambiente

PROPOSTAS CONTEMPLADAS - PP010 A

TÍTULO - Promover melhorias na coleta e no tratamento de esgoto

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os serviços de coleta e tratamento de esgoto na Região Metropolitana de Piracicaba têm índices bastante diferenciados, no entanto, o percentual médio da população total atendida por coleta de esgoto é de 94,76%, pouco acima da média do Estado, 90,28%. Quanto ao Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana (ICTEM), alguns municípios chamam a atenção por serem enquadrados como ruins, a exemplo de Araras, Cordeirópolis, Iracemápolis, Rio das Pedras, Rafard e São Pedro, sobretudo pelo baixo indicador da remoção de matéria orgânica do esgoto tratado.

OBJETIVO

Garantir que 90% da população da RMP tenham coleta e tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033, conforme disposto no Marco do Saneamento.

DIRETRIZES

- Auxiliar na articulação de estudos para melhorias na coleta e no tratamento de esgoto;
- Promover discussões em âmbito regional para estabelecimento de parâmetros mínimos de esgotamento sanitário, que visem o atingimento das metas do Marco do Saneamento;
- Acompanhar a elaboração de estudos para aumentar a capacidade das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) e implementar melhorias para elevar a capacidade de remoção de matéria orgânica;
- Acompanhar as discussões de âmbito regional sobre melhorias no esgotamento sanitário nas áreas rurais.

AÇÕES PROPOSTAS:

Acompanhar o atingimento das metas do Marco do Saneamento.







GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO:

Principais atores

- Conselho de Desenvolvimento da RMP Câmara Temática de Saneamento Básico
- Administrações municipais
- Sabesp
- Cetesb
- Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente
- Especialistas na área de saneamento básico de institutos e/ou instituições de pesquisas presentes na RMP Possíveis fontes financeiras
- Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) Avançar Cidades Saneamento
- Caixa Finisa Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento
- BNDES Finam Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos
- Governo Estadual Desenvolve SP Linha Água Limpa
- Fundo Estadual Fehidro
- Banco Interamericano de Desenvolvimento Água e Saneamento

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

• ODS 6 – Água Potável e Saneamento







TEMA: Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos

SUBTEMA: Riscos Ambientais

FPIC - Meio Ambiente

PROPOSTAS CONTEMPLADAS – PP017 E

TÍTULO - Promover a articulação de instrumentos interfederativos e interinstitucionais para a proteção e a recuperação da fauna silvestre

CONTEXTUALIZAÇÃO

Durante as oficinas regionais, e por meio do recebimento de propostas via plataforma digital, foi destacada a preocupação com a fauna silvestre na Região Metropolitana de Piracicaba. Devido à região estar situada na transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado, sua biodiversidade, especialmente a fauna silvestre, é muito rica, a qual está sendo pressionada pelo avanço da expansão urbana e da diminuição dos fragmentos florestais. Com isso, é necessário que se construam estratégias regionais para garantir a proteção e a recuperação da fauna silvestre na RMP.

OBJETIVO

Articular instrumentos regionais interfederativos e interinstitucionais para proteção e recuperação da fauna silvestre na RMP.

- Celebrar acordos e parcerias interfederativas e interinstitucionais para operacionalização das atividades de afugentamento, resgate, salvamento, assistência e recuperação de fauna silvestre em situação de risco e vulnerabilidade;
- Adotar estratégias para mitigar a perda de biodiversidade decorrente de eventos naturais extremos ou acidentes ambientais causados por ação antrópica;
- Definir orientações para a destinação adequada dos animais atendidos em operações de resgate e assistência;
- Elaborar estudos, em conjunto com órgãos estaduais e federais, para a criação de CRAS e CETAS com capacidade para atendimento regional.







AÇÕES PROPOSTAS:

- Elaborar o Plano Regional de Fauna Silvestre, contemplando: levantamento da infraestrutura regional para proteção e atendimento da fauna silvestre; sistema de informação; estudos em conjunto com órgãos estaduais e federais para criação de CRAS (Centros de Reabilitação de Animais Silvestres) e CETAS (Centros de Triagem de Animais Silvestres), com capacidade para atendimento regional; estímulos à capacitação das equipes, sobretudo os pelotões ambientais das cidades; e a busca por fontes de custeio.
- Criar corredores ecológicos na RMP, visando à conectividade dos remanescentes florestais, favorecendo o deslocamento da fauna, de forma segura.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO:

Principais atores

- Conselho de Desenvolvimento da RMP Câmara Temática de Meio Ambiente e Grupo de Trabalho de Fauna Silvestre
- Administrações municipais
- Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente
- Especialistas na área de fauna silvestre de institutos e/ou instituições de pesquisas presentes na RMP

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal Ministério da Justiça e Segurança Fundo de Defesa de Direitos Difusos
- Ministério do Meio Ambiente Fundo Nacional do Meio Ambiente
- BNDES Finem Meio Ambiente
- Governo Estadual Desenvolve SP Linha Economia Verde

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS:

• ODS 15 – Vida Terrestre







Propostas para as FPICs

Tema: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

- 1- Incentivar o crescimento da incorporação de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no setor produtivo da RM Piracicaba
- 2- Estimular a indústria de turismo como um dos eixos de desenvolvimento sustentável
- 3 Promover a formação e a qualificação profissional
- 4- Estimular a requalificação urbana e o fomento às micro e pequenas empresas (MPEs) da região
- 5- Incentivo à economia de baixa carbono
- 6- Fomentar a produção e a distribuição agrícola sustentável







TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

SUBTEMA: Desenvolvimento Econômico

FPIC- Desenvolvimento Econômico

PROPOSTAS CONTEMPLADAS- PP010 L, PP014, SC020

TÍTULO- Incentivar o crescimento da incorporação de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no setor produtivo da RM Piracicaba

CONTEXTUALIZAÇÃO

Frente ao advento da indústria 4.0 e às demandas associadas à transição energética, o setor produtivo na RM Piracicaba precisará investir em CT&I para manter sua competitividade e assegurar o dinamismo econômico.

OBJETIVO

Fortalecer a competitividade e a sustentabilidade da base econômica metropolitana, por meio da diversificação produtiva e da elevação do conteúdo tecnológico dos setores produtivos.

- Definir mecanismos e ações de incentivo necessárias à articulação das cadeias de conhecimento, para estimular o surgimento de um hub de inovação que abarque o maior número possível de municípios da RMP;
- Estimular a adoção de parcerias, convênios e acordos de cooperação com centros internacionais de tecnologia e inovação;
- Adotar medidas para consolidar os negócios ligados ao setor de biotecnologia e biocombustíveis, com contínua elevação do conteúdo de PD&I nos segmentos e espraiamento para outros setores;
- Estabelecer parcerias entre pequenas e médias empresas e universidades, para estimular a pesquisa científica, para assegurar incorporação de inovação e o aumento de produtividade nestes segmentos.







AÇÕES PROPOSTAS

- Identificar as principais áreas produtivas e de conhecimento que necessitem de apoio para atuar de forma articulada;
- Apoiar a elaboração de estudo de viabilidade para criação de Corredor Tecnológico na região, para futura instalação de empresas, instituições de ensino e de conhecimento científico e tecnológico;
- Desenhar e implementar medidas de estímulo às startups na região;
- Identificar necessidade de investimentos no parque tecnológico e ações de apoio à implantação de laboratórios em parceria com o setor privado.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba
- Câmara Temática de Desenvolvimento Econômico
- Entidades empresariais
- Instituições de ensino técnico e superior
- Parque Tecnológico de Piracicaba Engenheiro Agronômo Bruno Emílio Germeck
- Criar Grupo de Trabalho de Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, no âmbito da Câmara Temática de Desenvolvimento Econômico

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal Programa de Desenvolvimento Urbano Pró-Cidades
- BNDES Finem Desenvolvimento Integrado dos Municípios
- Governo Estadual Secretaria de Desenvolvimento Econômico/IPT Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios (Patem)
- Banco Interamericano de Desenvolvimento Programa Ciência e Tecnologia

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

• ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura







TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

SUBTEMA: Turismo **FPIC -** Turismo

PROPOSTAS CONTEMPLADAS - PP 007, PP 010-G, PP 010-I, PP 010-J, PP 010-M, PP 010-N, PP 010-R, PP 011, PP 029-C, PP 029-D, PP 030-A, PP 033-A, PP 034-B, PP 035-B, SC 007, SC 015-I, SC 017, SC 022

TÍTULO - Estimular a indústria de turismo como um dos eixos de desenvolvimento sustentável

CONTEXTUALIZAÇÃO

Embora existam na região iniciativas de fomento ao turismo, elas permanecem desconectadas no território, resultando em subutilização do potencial turístico, gerando menos impacto que o esperado para o desenvolvimento regional.

OBJETIVO

Implementar uma política metropolitana de promoção ao turismo – investindo na implantação de rotas turísticas – que transforme esta indústria em eixo do desenvolvimento sustentável da RMP e assegure o compartilhamento dos benefícios entre os municípios, ampliando a geração de receita tributária e de trabalho e renda para a população.

DIRETRIZES

- Fomentar o desenvolvimento e integrar as rotas turísticas já existentes na região, em especial a Rota Turística Serra do Itaqueri, o geoparque da bacia do Rio Corumbataí, bem como construir sua integração com iniciativas pluritemáticas, como o Corredor Caipira.
- Incentivar projetos turísticos de impacto local, de forma a aumentar o fluxo interno de visitantes em cidades menores, gerando renda para seus habitantes.
- Estimular os turismos rural e ecológico na região.
- Fomentar o desenvolvimento do turismo histórico-cultural na região.
- Pactuar e implementar, em parceria com o trade turístico, políticas e ações para assegurar o caráter sustentável da indústria do turismo na RMP.

AÇÕES PROPOSTAS

- Mapear os ativos turísticos existentes na RMP;
- Elaborar um mapa turístico metropolitano, com rotas, atrativos e equipamentos, a ser disponibilizado em meio físico e em site específico, a ser criado;
- Realizar estudos, em parceria com órgãos estaduais e concessionárias de rodovias, sobre a viabilidade de implantação de Rota Cênica na RMP, nos termos do Decreto nº 65.603/2021;

(continua)







AÇÕES PROPOSTAS (continuação)

- Realizar diagnóstico da infraestrutura turística e da oferta de mão de obra, para elaborar propostas para reverter as insuficiências de infraestrutura de apoio ao turismo e de mão de obra qualificada;
- Investir na sinalização turística regional;
- Estruturar calendário anual de atividades turísticas regionais, incluindo um calendário de atividades culturais itinerantes, acompanhado por política de divulgação em âmbitos estadual e nacional;
- Desenvolver estudo sobre a necessidade de incentivos às empresas hoteleiras, restaurantes e atividades de recreação;
- Investir na implantação de equipamentos turísticos de uso coletivo, como mirantes, ciclorrotas e sistema de transporte de turistas entre municípios.
- Qualificar a mão de obra local, principalmente nos municípios menores, de forma a habilitá-la para os setores relacionados ao turismo;
- Implantar, em parceria com o trade turístico, sistema de transporte de turistas entre as estâncias da RMP e entre equipamentos turísticos.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba
- Câmara Temática Metropolitana de Turismo
- Representantes da cadeia produtiva do turismo
- Representantes da sociedade civil
- Secretaria Estadual do Turismo

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal Programa de Crédito Turístico Crédito para investimento, capital de giro com apoio do BNDES Prodetur+Turismo
- Governo Estadual Desenvolve SP Linha de Apoio a Investimentos Municipais
- BID Programa Turismo Sustentável
- Setor Privado (PPP)

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 8 Emprego Decente e Crescimento Econômico
- ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura







TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

SUBTEMA: Atendimento Social **FPIC -** Atendimento Social

PROPOSTAS CONTEMPLADAS - Não houve propostas para este tema

TÍTULO - Promover a formação e a qualificação profissional

CONTEXTUALIZAÇÃO

A melhoria do perfil de formação profissional na RM de Piracicaba é elemento importante para estimular o desenvolvimento. Exige atuação em duas frentes: aumentar a qualidade e a atratividade do ensino médio para os jovens e promover sua integração com as demandas do setor produtivo; e aumentar a oferta e a distribuição de cursos profissionalizantes, de forma mais equânime no território. A distribuição dessas atividades e a melhoria das condições de acesso, a partir dos pequenos núcleos urbanos, deve ser enfrentada, para que as pequenas cidades tenham melhor participação no processo de desenvolvimento metropolitano.

OBJETIVO

Instituir políticas metropolitanas para aumento do acesso e elevação da qualidade da modalidade profissionalizante do ensino médio, além da ampliação da oferta de qualificação profissional, com o propósito de reduzir as desigualdades nesse quesito e ampliar a relação com as demandas do setor produtivo.

DIRETRIZES

- Integrar a atuação das redes municipais e estadual de educação, para assegurar o compartilhamento de boas práticas e a qualidade do ensino médio;
- Estimular o aumento da oferta de cursos de formação técnica e superior em toda a região;
- Incentivar a criação de cursos à distância (EAD) relacionados à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação.

AÇÕES PROPOSTAS

- Estabelecer parcerias com as universidades instaladas na RMP, para ofertar cursos de formação continuada aos professores;
- Articular com o setor produtivo a ampliação de oportunidades de estágio e de contratação, por meio da Lei da Aprendizagem, para jovens residentes na região, tendo como contrapartida a ampliação da oferta de cursos profissionalizantes alinhados com as demandas do setor produtivo;







AÇÕES PROPOSTAS (continuação)

- Criar, em parceria com o Instituto Paula Souza, universidades e IFETs na região, além de uma rede de cursos ofertados à distância (EAD), para facilitar o acesso às oportunidades de formação em toda a região metropolitana;
- Mapear as vocações produtivas em cada município, para aprimorar a integração dos cursos ofertados com as demandas empresariais;
- Organizar, em parceria com as universidades e IFETs instalados na região, programas de assistência técnica em gestão e inovação para MPEs e empreendedores individuais;
- Articular, com concessionárias de serviços públicos instaladas na região, o mapeamento da necessidade e futura instalação de banda larga em locais mais remotos.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Conselho de Desenvolvimento da RMP
- Câmara Temática Metropolitana de Atendimento Social
- Câmara Temática Metropolitana de Desenvolvimento Econômico
- Secretarias municipais e estadual de educação
- Instituições de ensino técnico e superior instaladas na RMP
- Entidades empresariais

Instituir Grupo de Trabalho de Fomento à Educação, no âmbito das Câmaras Temáticas Metropolitanas de Atendimento Social e de Desenvolvimento Econômico. Este grupo de trabalho seria composto por uma instância de coordenação entre secretarias municipais e estadual de educação, para ações ligadas ao ensino médio, e um grupo executivo composto por representantes das instituições de ensino técnico e superior e das entidades empresariais.

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal Programa de Desenvolvimento Urbano Pró-Cidades
- BNDES Finem Desenvolvimento Integrado dos Municípios

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 8 Emprego Decente e Crescimento Econômico
- ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura







TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

SUBTEMA: Micro e Pequenas Empresas **FPIC -** Desenvolvimento Econômico

PROPOSTAS CONTEMPLADAS - Não houve propostas para este tema

TÍTULO - Estimular a requalificação urbana e o fomento às micro e pequenas empresas (MPEs) da região

CONTEXTUALIZAÇÃO

O envelhecimento da população impõe novos desafios para a infraestrutura urbana, exigindo investimentos para assegurar a acessibilidade.

OBJETIVO

Melhorar a qualidade dos equipamentos urbanos e tornar as cidades mais sustentáveis, assegurando, ao mesmo tempo, demanda para as MPEs que atuam na área metropolitana.

DIRETRIZES

- Definir um programa integrado de investimento na requalificação urbana, para tornar as cidades mais sustentáveis;
- Priorizar as micro e pequenas empresas no fornecimento de serviços de implantação e manutenção dos equipamentos urbanos, além de obras para garantir acessibilidade.

AÇÕES PROPOSTAS

- Realizar diagnóstico dos equipamentos públicos (praças, parques, etc.) a serem reformados ou modernizados em cada município;
- Divulgar, em meio digital de fácil acesso, lista continuamente atualizada com os equipamentos públicos a serem reformados ou modernizados, para que empresas instaladas no território metropolitano apadrinhem os investimentos;
- Firmar parcerias com empresas que, por meio de suas políticas de ESG (governança social, ambiental e corporativa), apadrinhariam financeiramente a recuperação e a expansão de áreas verdes para uso público, bem como a modernização de equipamentos urbanos;
- Preparar regras conjuntas para editais de contratação dos serviços para os equipamentos não apadrinhados, utilizando os critérios de preferência previstos na legislação do Simples (LCP nº 123/2006).







GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba
- Câmara Temática Metropolitana de Desenvolvimento Econômico
- Câmara Temática Metropolitana de Esportes e Lazer
- Entidades empresariais

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal Programa de Desenvolvimento Urbano Pró-Cidades
- BNDES Finem Desenvolvimento Integrado dos Municípios

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS:

- ODS 8 Emprego Decente e Crescimento Econômico
- ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura
- ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis







TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

SUBTEMA: Desenvolvimento Econômico

FPIC - Desenvolvimento Econômico

PROPOSTAS CONTEMPLADAS - PP010 L

TÍTULO - Incentivo à economia de baixa carbono

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os desafios da transição energética tendem a se apresentar de forma cada vez mais urgente, exigindo investimentos públicos e privados, feitos de forma coordenada.

OBJETIVO

Adotar política de âmbito metropolitano para estimular medidas de fomento ao investimento em atividades produtivas de menor impacto ambiental e aderentes à transição energética, para elevar a competitividade e a sustentabilidade da economia metropolitana, em linha com estudo elaborado pelo Parlamento Metropolitano.

DIRETRIZES

- Realizar articulação institucional para abertura de linha de crédito pela Desenvolve SP, para financiamento aos pequenos e médios empreendedores que possuam operações vinculadas a atividades de baixa emissão de carbono;
- Articular, em parceria com universidades e empresas locais, projetos de inovação tecnológica voltados a soluções sustentáveis, como a geração de energia sustentável.

AÇÕES PROPOSTAS

• Desenhar e implementar medidas de estímulo às startups ligadas à economia de baixo carbono na região.







GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Conselho de Desenvolvimento da RM Piracicaba
- Câmara Temática de Desenvolvimento Econômico
- Entidades empresariais da RMP
- Instituições de ensino técnico e superior da RMP
- Parque Tecnológico de Piracicaba Engenheiro Agronômo Bruno Emílio Germeck

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal Fundo Nacional do Meio Ambiente, Fundo de Defesa de Direitos Difusos
- BNDES Finame Baixo Carbono
- Governo Estadual Desenvolve SP Linha Economia Verde

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

• ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura







TEMA: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social

SUBTEMA: Agricultura

FPIC - Desenvolvimento Econômico

PROPOSTAS CONTEMPLADAS - PP 019, PP 023-B, SC 019

TÍTULO - Fomentar a produção e a distribuição agrícola sustentável

CONTEXTUALIZAÇÃO

Embora o setor agropecuário tenha peso expressivo na economia da RM Piracicaba, existem poucos instrumentos de apoio, promoção e aperfeiçoamento às boas práticas agrícolas e ambientais. Ademais, para fortalecer a Agenda 21 na região, há ainda o desafio de estimular e formar uma rede de comercialização alternativa de produtos agroecológicos.

OBJETIVO

Implementar política metropolitana de estímulo à adoção de boas práticas agrícolas e ambientais pelos produtores agrícolas da RMP, bem como de desenvolvimento de redes de distribuição e comercialização, para elevar a competitividade da produção local e melhorar os resultados econômicos do setor na região.

- Mapear e disseminar conhecimento na região sobre programas e linhas de financiamento disponíveis para fomento a atividades agropecuárias de maior eficiência ambiental e econômica;
- Articular produtores locais e a rede de assistência técnica existente no Estado de São Paulo, para fomentar a implementação de processos mais aderentes à conservação do solo e ao uso eficiente dos recursos hídricos;
- Estimular a produção e a comercialização local de alimentos, para assegurar o abastecimento regional de produtos agrícolas a preços adequados;
- Articular produtores rurais para formar uma rede de comercialização de produtos agroecológicos;
- Fomentar a certificação de produtos agrícolas regionais, em especial produtos agroecológicos, com incentivos de consumo público e privado de produtos de origem metropolitana.







AÇÕES PROPOSTAS

- Elaborar diagnóstico sobre práticas adotadas por produtores agrícolas locais, incluindo a identificação e a caracterização da rede de produtores agroecológicos;
- Ampliar a oferta de assistência técnica para que os produtores agrícolas locais incorporem, progressivamente, princípios e técnicas agroecológicos de produção.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Conselho de Desenvolvimento da RM de Piracicaba
- Câmara Temática de Desenvolvimento Econômico
- Produtores agrícolas da RMP
- Representações sociais atuantes no tema de alimentação saudável

Criar Grupo de trabalho de Fomento à Produção Agrícola Sustentável, no âmbito da Câmara Temática de Desenvolvimento Econômico.

Possíveis fontes financeiras

• BNDES – Pronaf

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS:

- ODS 2 Fome Zero e Agricultura Sustentável
- ODS 8 Emprego Decente e Crescimento Econômico
- ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura







Propostas para as FPICs

Tema: Transporte e Sistema Viário

- 1- Adequar o sistema viário metropolitano
- 2- Garantir a manutenção das estradas vicinais
- 3- Promover a integração do transporte intermunicipal







TEMA: Transporte e Sistema Viário

SUBTEMA: Sistema Viário

FPIC - Transporte e Sistema Viário

PROPOSTAS CONTEMPLADAS PP003, PP008, PP018 A, PP027 I, PP029 E, PP033 B, PP035 D, SC021

TÍTULO- Adequar o sistema viário metropolitano

CONTEXTUALIZAÇÃO

O conflito entre o tráfego rodoviário e o tráfego urbano foi apontado, em todas as oficinas, como causa de transtorno e comprometimento da qualidade de vida da população diretamente afetada. A transposição das áreas urbanas da RMP, sem os inconvenientes relatados, redunda em economia de tempo, combustível, menos impacto no meio ambiente e mais conforto para o usuário.

OBJETIVO

Empreender melhorias e ajustes no sistema viário metropolitano, com vistas ao desenvolvimento regional e à melhoria da qualidade de vida da população.

- Engendrar esforços, junto aos responsáveis, para priorização da construção de anéis e contornos viários, já previstos nas rodovias estaduais, para retirar os veículos pesados e com cargas perigosas das cidades;
- Melhorar a troca de informações entre concessionárias e municípios, com vistas a enfrentar os problemas da malha viária;
- Garantir, junto às concessionárias, que, nos processos de revisão das concessões, sejam avaliadas as demandas de duplicação, novas faixas e ajustes às rodovias na região, utilizando parâmetros técnicos para atualizar e aferir as condições de seu funcionamento;
- Recomendar ao DER (para as rodovias sob sua jurisdição) que seja feita revisão periódica das condições de funcionamento das estradas, com base em parâmetros técnicos, para priorização das demandas de obras de duplicação e ajustes, viabilizando a previsão destas nos instrumentos de planejamento orçamentários estaduais;
- Aprimorar a logística metropolitana e a mobilidade regional, buscando o equilíbrio no acesso às atividades urbanas e aos serviços existentes na região, contribuindo para o fortalecimento da rede de cidades existente;
- Aprimorar o sistema de logística e cargas, de modo a aumentar sua eficiência e padronizar as regras de circulação de carga no território metropolitano;
- Considerar o equacionamento das questões relativas ao sistema viário metropolitano, quando da elaboração do Plano de Mobilidade Regional.







AÇÕES PROPOSTAS

- Promover ajustes no sistema viário metropolitano, para mitigar carências e conflitos entre o tráfego rodoviário e o tráfego local;
- Interligar os sistemas de infraestruturas viárias regionais existentes e previstos, potencializando o desenvolvimento econômico e social equilibrado na região.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Piracicaba e Câmara Temática a ser criada
- Secretaria Estadual de Logística e Transportes / Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER)
- Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp)
- Concessionárias das rodovias presentes na região

Criar instância metropolitana – Câmara Temática – para discutir e acompanhar questões relativas ao sistema viário da região, conforme propõe a Estratégia de Gestão da Mobilidade Regional do Ordenamento Territorial da RMP. Ampliar a interlocução entre a secretaria setorial estadual, a agência reguladora (Artesp), as concessionárias e as administrações municipais da RMP sobre a implementação de projetos nas rodovias concedidas, priorizando obras de anéis viários e vias de contorno dos municípios.

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) Avançar Cidades Mobilidade Urbana
- Programa Pró-Cidades
- BNDES Finem Desenvolvimento Integrado dos Municípios
- Governo Estadual Desenvolve SP Via São Paulo
- Privado (Concessão)

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADO:

• ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura







TEMA: Transporte e Sistema Viário

SUBTEMA: Estradas vicinais

FPIC - Transporte e Sistema Viário

PROPOSTAS CONTEMPLADAS PP-010 O

TÍTULO - Garantir a manutenção das estradas vicinais

CONTEXTUALIZAÇÃO

A pavimentação das estradas vicinais – principal opção para escoamento da produção rural –, está a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER). No entanto, sua manutenção é de responsabilidade das administrações municipais, que, muitas vezes, não têm condições de arcar com os custos de reparação e manutenção. Na RMP, as estradas vicinais são usadas como rotas alternativas do transporte de carga para fugir de pedágios. E isso se tornou um problema, uma vez que, com o aumento do tráfego de caminhões, as estradas se deterioram rapidamente, causando transtornos e aumentando os custos de manutenção.

OBJETIVO

Assegurar a qualidade das estradas vicinais, para facilitar o acesso às áreas rurais, viabilizando o escoamento de produtos do agronegócio e da mineração.

- Estabelecer parceria com o governo estadual para duplicar e manter em boas condições as estradas e rodovias de acesso aos municípios da região, e articular a participação destes municípios nos programas estaduais relativos às estradas vicinais;
- Articular com as concessionárias e/ou Departamento de Estradas de Rodagem, segundo o caso, a implantação de pedágios, com vistas a coibir a fuga de veículos das rodovias pedagiadas e evitar a circulação indevida que sobrecarrega as estradas vicinais;
- Aprimorar a logística metropolitana e qualificar as redes de mobilidade existentes (passageiros e carga), de forma a promover uma articulação equilibrada entre os municípios da região.







AÇÃO PROPOSTA

• Promover a articulação entre municípios, para troca de experiência e compartilhamento de equipamentos e mão de obra, visando a otimizar os custos de manutenção das vicinais.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO:

Principais atores

- Administrações municipais
- Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Piracicaba e Câmara Temática a ser criada
- Secretaria Estadual de Logística e Transportes / Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER)

Criar instância metropolitana – Câmara Temática – para discutir e acompanhar questões relativas aos transportes e ao sistema viário da região, conforme propõe a Estratégia de Gestão da Mobilidade Regional do Ordenamento Territorial da RMP.

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) Avançar Cidades Mobilidade Urbana
- Programa Pró-Cidades
- BNDES Finem Desenvolvimento Integrado dos Municípios
- Governo Estadual Desenvolve SP Via São Paulo

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS:

• ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura







TEMA: Transporte e Sistema Viário

SUBTEMA: Transporte

FPIC - Transporte e Sistema Viário

PROPOSTAS CONTEMPLADAS - PP013, PP026, SC001, SC002 **TÍTULO- Promover a integração do transporte intermunicipal**

CONTEXTUALIZAÇÃO

Embora o transporte coletivo intermunicipal esteja presente em todos os municípios da região – com metade deles atendendo aos bairros –, existem ainda dificuldades na interligação metropolitana. Para os moradores de alguns municípios, o acesso aos principais centros exige viagens longas, com trocas de ônibus e várias paradas. Por sua vez, a diversificação dos modos de transporte aparece como uma oportunidade para a região, necessitando de organização para segurança e conforto dos usuários. A organização e a integração dos transportes intermunicipal e municipal são fundamentais para melhorar as condições de acesso ao trabalho, estudo, turismo e lazer na região; bem como para o desenvolvimento econômico regional. Dessa forma, é necessária a implementação de mecanismos de gestão integrada que facilitem as conexões entre os núcleos de menor porte, não só com o município-polo, mas também com as demais subcentralidades da região.

OBJETIVO

Promover a organização e a integração dos transportes intermunicipal e municipal, para melhorar as condições de acesso ao trabalho, estudo, equipamentos de saúde, turismo e lazer na região.

- Elaborar estudo que organize as informações do sistema de transporte coletivo municipal e intermunicipal e analise a conexão entre eles, considerando os diferentes modos de transporte;
- Elaborar um Plano de Mobilidade Regional que articule os transportes públicos municipal e intermunicipal e priorize a integração entre os diferentes modos de transporte, melhorando a acessibilidade e a mobilidade das pessoas e cargas no território metropolitano;
- Considerar os estudos e os planos de mobilidade existentes para os diferentes municípios da região, quando da elaboração do Plano de Mobilidade Regional;
- Alinhar as propostas existentes para a região metropolitana e também as que serão elaboradas com os programas e projetos estaduais, a exemplo do PAM-TL, otimizando recursos;







DIRETRIZES (continuação)

- Buscar a integração física, operacional e tarifária dos sistemas de transporte municipais e intermunicipais da região, estudando os mecanismos e a viabilidade dos subsídios;
- Incentivar a diversificação e a utilização de diferentes modos de transporte (rodoviário, hidroviário, ferroviário e cicloviário), promovendo a articulação entre eles; e preconizar soluções que atendam aos princípios de sustentabilidade, equidade, gestão participativa e inclusão social.
- Incentivar o uso de modais não motorizados, como bicicletas, com a implantação e conexão de ciclovias, melhoria de calçadas, travessias acessíveis e circuitos para pedestres;
- Preconizar a melhoria das condições de mobilidade da população com mobilidade reduzida;
- Incentivar o transporte hidroviário, apoiando projetos de melhoria da infraestrutura hidroviária;
- Incentivar o uso de combustível limpo no sistema de transportes, incluindo, sempre que possível, critérios e incentivos nas concessões do transporte público;
- Apoiar a utilização de sistemas tecnológicos de apoio à gestão, fiscalização e monitoramento da operação dos sistemas de transportes e de informações aos usuários.

AÇÕES PROPOSTAS

- Interligar os sistemas de infraestruturas viárias e de transportes regionais existentes e previstas, potencializando o desenvolvimento econômico e social na região;
- Qualificar as redes de mobilidade existentes (transportes de passageiros e cargas), de forma a promover uma articulação equilibrada entre todos os municípios.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO

Principais atores

- Administrações municipais
- Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Piracicaba e Câmara Temática a ser criada
- Secretaria Estadual de Logística e Transportes / Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER) / Departamento Hidroviário (DH)
- Secretaria Estadual de Transportes Metropolitanos

Criar instância metropolitana, Câmara Temática e/ou Grupo de Trabalho, para discutir e acompanhar questões relativas aos transportes e ao sistema viário, bem como coordenar a elaboração do Plano de Mobilidade Regional, conforme propõe a Estratégia de Gestão da Mobilidade Regional do Ordenamento Territorial da RMP. (continua)







GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO (continuação)

Possíveis fontes financeiras

- Governo Federal Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) Avançar Cidades Mobilidade Urbana
- Programa Pró-Cidades
- BNDES Finem Desenvolvimento Integrado dos Municípios
- Governo Estadual Desenvolve SP Via São Paulo
- Privado (Concessão)

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS:

- ODS 3 Boa Saúde e Bem-Estar
- ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura







Propostas para as FPICs

Tema: Governança Metropolitana

1. Estabelecer mecanismos de governança metropolitana







Propostas para as FPICs – Governança Metropolitana 01

TEMA: Governança Metropolitana **SUBTEMA:** Gestão Metropolitana

FPICS- Desenvolvimento Econômico, Atendimento Social, Meio Ambiente, Planejamento e Uso do Solo, Habitação **PROPOSTAS CONTEMPLADAS -** PP 010-R, PP 012, PP 023-B, PP 029-B, PP 031, PP 032-A, PP 034-A, PP 035-C, SC 013

TÍTULO- Estabelecer mecanismos de governança metropolitana

CONTEXTUALIZAÇÃO

Há um amplo conjunto de políticas e ações atribuídas aos municípios integrantes da Região Metropolitana de Piracicaba para atender à demanda de suas populações. No entanto, o impacto dessa atuação tende a ser menor e o uso dos recursos menos eficiente, devido à ausência de planejamento e de instrumentos de coordenação regional.

OBJETIVO

Instituir processos, práticas e programas metropolitanos em temas e políticas cuja articulação e integração entre os municípios assegure maior cobertura na atenção às demandas da população, melhor alocação de recursos, e mais eficiência na gestão.

- Elaborar o regramento e organizar consórcios de compras coletivas de materiais e serviços;
- Instituir certificação de origem metropolitana, e dar preferência em compras públicas;
- Implantar planejamento e ação coordenada e integrada em investimentos e ações de segurança pública sob atribuição municipal, para aprimorar a política de segurança metropolitana;
- Elaborar regramento para a gestão de uma política de saúde metropolitana, buscando investimentos e instrumentos disponíveis para compartilhamento de responsabilidades e equipamentos entre municípios da RMP;
- Fomentar o acesso à cultura e aprimorar as políticas de proteção aos equipamentos históricos e culturais em todos os municípios, mobilizando, entre outros instrumentos, parcerias com universidades e instituições metropolitanas;
- Resolver conflitos nas fronteiras municipais, referentes aos limites territoriais divergentes ou às diferenças de zoneamento;
- Trocar experiências de aplicação de políticas públicas municipais.







Propostas para as FPICs – Governança Metropolitana 01

AÇÕES PROPOSTAS

- Desenvolver plataforma colaborativa para coleta de dados dos municípios da região metropolitana;
- Instituir o Programa de Educação Ambiental Regional, considerando a abordagem de práticas e experiências de cidades inteligentes.

GOVERNANÇA PARA IMPLEMENTAÇÃO:

Principais atores

- Conselho de Desenvolvimento Metropolitano
- Representantes das administrações municipais

Caberá ao Conselho de Desenvolvimento Metropolitano o desenho e a coordenação das políticas integradas em cada uma das áreas, devendo instituir, para cada uma delas, grupos de trabalho com representação dos vários municípios. Nas áreas de segurança pública e de saúde, por terem ações continuadas, sugere-se a criação do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública e de Saúde.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) RELACIONADOS

- ODS 8 Emprego Decente e Crescimento Econômico
- ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura
- ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis
- ODS 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes
- ODS 17 Parcerias e Meios de Implementação







https://rmp.pdui.sp.gov.br/

pdui@fipe.org.br